



**Assembleia Municipal**

**CASTELO<sup>U</sup>  
BRANCO**

**Assembleia Municipal  
de Castelo Branco**

**ATA Nº 2**

**27 FEV 2025**

## ATA N.º 2/2025

Aos 27 dias do mês de fevereiro de 2025, pelas 9 horas e 30 minutos, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Castelo Branco, cuja mesa, foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Jorge Manuel Vieira Neves, pelo 1.º. Secretário, Carlos Simão Martins Mingacho, e pela 2.ª. Secretária, Celeste Nunes Rodrigues, com a seguinte ordem de trabalhos:

### **I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

(A preencher nos termos do Regimento.)

1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.

2. Aprovação da ata:

- Ata n.º. 9/2024, referente à sessão de 23 de dezembro.

3. Intervenções.

### **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.

Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Geminação com a cidade de Nilufer - Turquia”. (Proposta n.º. 11/2025)

### **ADITAMENTO À CONVOCATÓRIA**

Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Geminação com a cidade de João Pessoa - Brasil”. (Proposta n.º. 12/2025)

Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Geminação com a cidade de Conde - Brasil”. (Proposta n.º. 13/2025)

Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede - 3º. Aditamento ao Contrato Interadministrativo para a Requalificação do Ringue de Futebol, Zona de Envolvente e Jardins”. (Proposta nº. 14/2025)

### **III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

#### **MEMBROS PRESENTES À SESSÃO**

Jorge Manuel Vieira Neves, António Augusto Cabral Marques Fernandes, Pedro Luís Ribeiro Crisóstomo, Carlos Manuel Freire Antunes, Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho, Catarina Isabel Romão Proença (em substituição de Maria José Sobreira Rafael), Francisco Manuel Pombo Lopes, Maria Manuel Pereira Roque Salavessa Duarte (em substituição de João Filipe Dias Ribeiro), Paulo Jorge Vaz Ramos de Almeida, Joaquim Manuel Faustino (em substituição de Nuno Miguel Correia Teixeira Maia), Miguel Gregório Barroso, Ernesto Candeias Martins, Maria do Carmo Almeida Nunes, Christelle Varanda Domingos, Ana Cristina Marques Lourenço, Carlos Simão Martins Mingacho, Daniel Guerreiro Almeida, Maria Cristina Vicente Pires Granada, Armando Lopes Ramalho, Maria da Conceição Martins Pereira, Adelina Maria Machado Martins, Milena Cristina da Silva Marques Santos, José Afonso Antunes Custódio, João Filipe Nunes Valente Neves, José Dias dos Santos Pires, Maria Adelaide Baptista da Silva (em substituição de José António Afonso Dâmaso), Pedro João Martins Serra, Jorge Manuel Ferreirinho Diogo, João José Louro Ramos, Sandra Maria Duarte Lucas, Luís Manuel de Andrade, João Filipe Tavares Goulão, Celeste Nunes Rodrigues, Orlando João Gamanho Carneiro (em substituição de José Carlos Ramos Dé), Severino Miguel da Conceição Vaz, António Manuel Falcão Antunes, João Miguel Teles Baltazar, Ernestina Gens da Conceição Baptista Perquilhas e Ana Sofia Santos Ramos Pereira.

#### **MEMBROS AUSENTES À SESSÃO**

Maria José Sobreira Rafael, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, João Filipe Dias Ribeiro, José António Afonso Dâmaso, António Manuel Varanda Marcelino e José Carlos Ramos Dé.

## JUSTIFICAÇÃO DE FALTA

Maria José Sobreira Rafael, Nuno Miguel Correia Teixeira Maia, João Filipe Dias Ribeiro, José António Afonso Dâmaso, António Manuel Varanda Marcelino e José Carlos Ramos Dé.

## **I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1. Prestação de informações que à Mesa cumpra produzir.**

#### **Presidente da Assembleia Municipal**

Bom dia a todos. Temos quórum, portanto, estamos em condições de iniciar a Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, convocada, de acordo, com o Regimento e a Legislação em vigor, e depois da publicitação na imprensa local, também como é hábito e como é obrigatório.

Em nome da Mesa, apresentamos os nossos cumprimentos a todos os Senhores e Senhoras que estão, aqui, cumprimentando, obviamente, o Senhor Presidente da Câmara que deve estar a chegar, as Senhoras e Senhores Vereadores do Executivo Municipal, as Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Presidentes de Junta e Uniões de Freguesia e os Munícipes que estão aqui presentes no Salão Nobre e também todos aqueles que estão a assistir a esta sessão que, como habitualmente, é transmitida em streaming através das redes sociais.

Um cumprimento também aos Dirigentes e Funcionários Municipais e também à Comunicação Social.

Relativamente, a substituições, comunicaram a sua ausência e por não comparecerem a esta sessão do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Nuno Maia que será substituído por Joaquim Faustino e José António Dâmaso, Presidente da Junta de Freguesia da Lardosa, que será substituído por Maria Adelaide Silva, Tesoureira dessa Junta de Freguesia, Maria Manuela Duarte em substituição do Senhor Deputado do Grupo Municipal do CHEGA, João Filipe Ribeiro.

No que diz respeito ao Grupo Parlamentar do Sempre - Movimento Independente, José Carlos Dé, Presidente da Junta de Freguesia de Tinalhas, será substituído por Orlando João, Secretário desta Junta de Freguesia.

Por parte do Executivo, temos presentes o Senhor Presidente da Câmara, Leopoldo Rodrigues, os Senhores Vereadores, Hélder Henriques e Patrícia Coelho e, por parte, do SEMPRE -Movimento Independente, os Senhores Vereadores, Luís Correia, Jorge Pio e Paula Lisboa e, por parte, do PSD/CDS-PP/PPM, o Senhor Vereador, João Belém.

Falta o Senhor Presidente da União de Freguesia, António Manuel Varanda Marcelino. Temos 39 Deputados Municipais, 18 do Grupo Municipal PS, 14 do Grupo Municipal do SEMPRE-MI, 4 do Grupo Municipal do PSD/CDS-PP/PPM, 2 do Grupo Municipal do CHEGA e 1 do MPT.

De acordo com o n.º 3.º do artigo 37.º a relação dos Deputados Municipais que vão intervir em nome dos agrupamentos parlamentares. Quanto ao período de intervenção do público, terá lugar no final da sessão e de acordo com o Ponto n.º 2, do artigo 39.º, os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos, fizeram antecipadamente a sua inscrição, registamos dois pedidos de intervenção que serão feitos no Ponto n.º 3, da Ordem de Trabalhos. Ainda dentro do Período de Antes da Ordem do Dia, vamos aprovar a ata n.º 9/2024, da sessão de 23 de dezembro, que foi antecipadamente enviada aos Senhores deputados.

**- Ata n.º 9/2024, referente à sessão de 23 de dezembro.**

**- Aprovada, por unanimidade.**

3. Intervenções.

**Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Senhor Presidente da Câmara, queríamos interpelá-lo em três aspetos que exigem informação e requerem a intervenção camarária:

1 -Estado atual da rede viária ASFÁLTICA – (SUB)urbana cidade de Castelo Branco – Estado de degradação em muitas zonas da cidade (obras de restauração e ainda o Estacionamento e estado de circulação do trânsito na cidade a determinadas horas de ponta (manhã e tarde) em pontos nevrálgicos identificáveis, sem por vezes ter ajuda policial – constrangimentos do tráfego /há algum estudo desta situação?)

Plano de pormenor urbano deve ter em conta o ESTADO atual do asfalto da rede viária (artérias, ruas, vias e arruamentos da cidade que estão em MAU-ESTADO de conservação, degradadas com buracos e com necessidade de restauro. Proponho um Plano de melhoria da pavimentação integral da cidade e rede viária urbana (acondicionar o período de obras). Porque razão os serviços técnicos não fazem um diagnóstico das patologias dos pavimentos e estado das vias, adotando medidas de restauração e adoção de procedimentos adequados, ou seja, uma avaliação objetiva (e até subjetiva) da superfície de pavimentos asfálticos em mau-estado?

O sistema a desenvolver deve ter processos simples de observação dos pavimentos e de avaliação da sua qualidade. Além disso, permitiria essa análise a programação de ações de conservação com base em modelos determinísticos e probabilísticos de previsão da evolução do estado dos pavimentos. As potencialidades dum modelo são evidenciadas através da sua aplicação no estabelecimento de cenários que permitem elaborar programas de conservação da rede rodoviária. Por exemplo, o modelo ArcGIS é um sistema de informação geográfica utilizado como ferramenta para o manuseamento da informação produzida. Propomos a elaboração de sistemas de Gestão da Conservação de Pavimentos e um investimento de 1,5 milhões de investimento para resolução destas restaurações em todo território.

Em relação ao tráfego, na ausência de um Plano integral, sugerimos uma plataforma de gestão integrada, focada na mobilidade, como sendo um elemento agregador de dados e informação para uma melhor gestão a instalação de painéis de informação às entradas da cidade (Sul, Norte) com indicação de capacidades disponíveis em parques de estacionamento públicos e a sua respetiva identificação desses parques. Haverá que evitar o estacionamento abusivo em

algumas zonas, pois queremos uma cidade mais inteligente na área da mobilidade, com um Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, ou seja uma visão estratégica de circulação e estacionamento.

## 2 - Situação do Bairro do Lirião /Tapada das Alvorções e Projeto urbanístico.

Há Projeto de regularização urbanístico e de reconhecimento das construções existentes e projetar a zona para uma zona de loteamento para o desenvolvimento de aquisição/procura. Lembro que a Associação do Bairro do Lirião (1995) tem vindo ao longo dos anos contactar com todos os Presidentes da Câmara para resolução desta zona e até agora nada. Qual a posição da Câmara a este respeito?

Em relação às melhorias especialmente de alcatroamento nas 4 artérias desta zona do Lirião e, respetiva criação de outras infraestruturas de acessibilidades, está previsto, parece só o alcatroamento de uma artéria e as outras?

Nós Movimento Castelo Branco Merece Mais somos a favor de um projeto para a zona que envolva os ribeiros Liria e Lirião (limpeza dos ribeiros, criação de uma zona retenção de água no Lirião junto ao parque de campismo com um espaço de lazer para poder ser usufruída pelas pessoas). Nesta zona localiza-se o Parque de Campismo que foi ativado na sua Presidência e reconhecemos os trabalhos de infraestruturas adequadas aos seus utentes, mas sugiro: tal como disse, anteriormente, um Projeto Ambiental de recuperação que envolva a Estação Elevatória do Lirião anexa ao Parque que, para além de ser uma estação 'critica' a manter, deve disponibilizar um espaço destinado a um parque de merendas, zona de recreio e lazer articulado com a zona de recuperação e retenção do ribeiro do Lirião.

3 - As atuais obras de requalificação das DOCAS – zona de lazer da Devesa vai estar impedida por alguns meses de ser utilizada para realização de eventos e outras atividades culturais apoiadas pela Câmara Municipal.

A minha questão é a seguinte: em que zona da cidade se irão realizar os eventos que são habituais nas Docas?

Tenho dito.

**Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)**

Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar. Não é com gosto que o digo, Senhor Presidente da Câmara Municipal, mas é hoje claro para todos, é cada vez mais claro que este seu mandato autárquico foi, na verdade, uma mão cheia de nada. Entre promessas vazias, passa culpas e obras de última hora, montou uma estratégia que procurou esconder a inação com ilusão e propaganda. Mas, creio que chegou o momento de desmontarmos essa estratégia. O melhor exemplo do fracasso da sua governação é, porventura, a zona histórica do castelo.

Durante a campanha eleitoral, anunciou um projeto ambicioso para a zona histórica, incluía a revitalização urbana, casas com renda acessível e dinamização económica.

Vamos até à habitação. Prometeu na campanha eleitoral cem habitações, a renda acessível, por ano, no Concelho e 250 famílias na zona histórica. Garantiu que não se resignaria a ver o parque habitacional da zona histórica degradado e abandonado.

Ora, pelas minhas contas, já deveríamos ter 300 casas construídas.

Senhor Presidente da Câmara, quantas casas construiu no Concelho e quantas recuperou na zona histórica? Cá está a estratégia, prometemos, depois logo se vê.

Vamos até à Escola de Chefes anunciada com pompa e circunstância em 2021. Já foi notícia mais de dez vezes. Primeiro, anunciaram a intenção, depois o projeto, mais tarde anunciaram que iriam lançar o concurso. Continuamos sem saber quem são os parceiros, qual será a oferta formativa e como é que o projeto se integra nas necessidades do mercado local.

Agora, finalmente, iniciou a obra, mas só estará pronta em 2027. Cá está a estratégia, “lançar obra para o eleitor ver”.

Vamos até a economia. Prometeu uma academia para programadores, residências artísticas e oficinas artesanais para dinamizar o comércio e revitalizar o turismo e atrair visitantes.

Falou em 500 empregos qualificados e bem pagos. Senhor Presidente, estou mesmo curioso por lhe perguntar, como é que avalia a revitalização económica da zona histórica durante o seu mandato. Cá está a estratégia novamente “prometemos e depois logo se vê”.

Vamos até a muralha do castelo. No passado dia 21 de janeiro, assistimos à derrocada de parte da muralha, o que fez a Câmara Municipal para conservar o nosso património histórico? Pouco ou nada. E quando se dá a derrocada, com certeza, o Senhor Presidente não assume responsabilidades, limita-se a arranjar desculpas para esconder a sua inação. Teve que ser o património cultural, o Instituto Público a afirmar que o Município podia e devia ter agido em tempo útil para evitar o problema. Cá está a estratégia “passar culpas”.

Vamos até ao Tribunal Central Administrativo do Centro, em 17 de outubro de 2023, aqui mesmo, neste Salão Nobre da Câmara Municipal, assistimos à assinatura do protocolo entre a Câmara Municipal e o Governo de Portugal. Aquilo que estava previsto era instalar o Tribunal que o Senhor Presidente se gabou várias vezes de ter atraído para Castelo Branco, num edifício que seria adaptado e cedido pela Câmara Municipal. Na altura, a Comunicação Social perguntou à Senhora Ministra da Justiça, do Governo, de então, quando é que estava previsto iniciar os trabalhos aqui do Tribunal. Dizia a Senhora Ministra “temos que esperar pela obra, estando tudo pronto, avançamos logo para o terreno”. E, de seguida, apressou se o Senhor Presidente da Câmara Municipal a dizer e vou citá-lo, “ainda hoje de manhã reuni com o Chefe de Divisão responsável pela área das obras e lhe dizia que este é um projeto prioritário, ou seja, é um projeto, no qual, iremos incluir todos os nossos técnicos para dar a maior celeridade possível”. Bom, entretanto,

passaram 15 meses e tanto quanto se sabe, ainda não existe projeto de reabilitação do imóvel ou há-de ter chegado há pouco tempo.

Não podemos dizer outra coisa, senão que o Senhor Presidente da Câmara andou um ano e meio, praticamente, a dormir e pior, veio, entretanto, para remediar e não perder a face, sugerir na Comunicação Social, a instalação provisória do tribunal, num edifício que, entretanto, ficou disponível, só para dizer que tribunal podia vir já e pior, tentou ainda semear a ideia de que a culpa do atraso era da Senhora Ministra e preocupou os albicastrenses, dizendo que talvez a decisão até pudesse ser revertida. Ou seja, todos têm culpa, menos o Senhor Presidente.

Eu quero a este propósito, dizer-lhe que estou convencido que este Governo preocupa-se e está empenhado por dar uma nova dinâmica ao interior do país e que o Tribunal virá, de facto, para Castelo Branco. Aquilo que ainda não sabemos é se o Senhor Presidente da Câmara está à altura de o receber e vai fazer aquilo que lhe compete. Cá está a estratégia “todos têm culpa, menos eu”.

Ainda o ouvimos dizer, esta semana, creio que, ontem, na Comunicação social e vou citá-lo: “cumprimos o mandato proposto para com os albicastrenses”. Ou seja, o Senhor Presidente está muito satisfeito com o balanço do seu mandato e já percebemos, não devemos esperar mais do que aquilo que já deu. Mas, a verdade é que na zona histórica não há reabilitação e não há dinamismo económico. Aquilo que há, são discursos vazios e obras por fazer, mas, tivemos sorte, é que entrámos agora em 2025, ano de eleições, faltam sete meses e, então, o Senhor Presidente da Câmara entrou, em modo, de autárquicas e quando percebeu que a situação, de facto, não estava famosa, apressou-se a chamar o seu Assessor de Comunicação e montaram, rapidamente, uma estratégia que está aos olhos de todos que é o lançamento desenfreado de obras. Obras por todo o lado, o vale tudo para mostrar serviço em ano de eleições.

Numa pesquisa rápida, vemos que arrancaram obras no Largo da Devesa, em Castelo Branco, início das obras no edifício que irá receber a Unidade de Saúde Familiar, segunda fase da

empreitada de beneficiação do troço entre a Rotunda da Mina e a Rotunda do Vale do Romeiro, reabilitação da zona histórica, Rua de Santa Maria e Rua do Saco, Escola de Chefes, início das obras de beneficiação do troço de ligação, entre a Rotunda da Europa e a EN233, em construção, parque de estacionamento gratuito, obras significativas para melhoria das condições do Bairro da Carapalha e obras, em curso, para construção da Creche na Quinta das Violetas, com capacidade para 84 crianças.

Seria bom, Senhor Presidente da Câmara se não estivéssemos em ano de eleições e se não fosse esta uma estratégia para eleitor ver. Essa é a verdade. Só em ano de eleições, aparentemente, é que o Senhor Presidente da Câmara começa a aquecer o motor e o pior é que, como diz o povo, “há muita parra e pouca uva”. E quando as pessoas andam pela rua e passam por estas obras, veem pouca coisa a acontecer. Há obras sinalizadas, mas com poucos ou nenhuns trabalhadores. Enfim, logo se verá quando se acabam.

A verdade é que o Partido Socialista se tornou especialista em anúncios e promessas.

Há um frenesim de propaganda em ano de eleições para tentar compensar três anos de inação. Eu diria não é possível, esta política de ilusão e de faz de conta, tem o único objetivo de tentar esconder um mandato fracassado. Mas, os albicastrenses, estou certo disso, não se deixam enganar. Não basta prometer e anunciar, é preciso concretizar e tenho a certeza que muito, em breve, virá alguém realmente com capacidade de concretizar.

### **António Augusto Cabral Marques Fernandes (SEMPRE-MI)**

O que hoje me faz intervir, nesta Assembleia Municipal, é uma reflexão que fiz acerca da cidade de Castelo Branco, que desejamos, em particular, acerca do centro da cidade de Castelo Branco.

Certamente, queremos um centro vibrante, com gente, com cultura, com comércio e com dinâmica. Um centro onde apeteça estar, trabalhar, passear, viver e conviver.

Um centro amplo e sem barreiras, particularmente, sem barreiras construídas pelo homem que muitas vezes teima em atrofiar e artificializar os espaços.

Um centro desafogado e simplista, sem grades, muros, degraus, floreiras e fontes e outras obras que se estranham, mas que de todo não se entranham.

Centros amplos e sem barreiras existem há séculos nas cidades europeias e têm sido mantidos a bem da preservação identitária.

Praças amplas, bem cuidadas e vibrantes podem ser encontradas em algumas cidades espanholas, onde a vida social tem lugar e essa dinâmica tem sido a chave para o desenvolvimento económico local.

As políticas urbanas, de hoje, devem focar-se no desenvolvimento da economia urbana, ajudando a recuperar e a manter a dinâmica da cidade com atividades relacionadas com o abastecimento ao consumidor, com a geração e manutenção de empregos, de rendas e de receitas, e sempre num espaço urbano de qualidade.

O Presidente da Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa, Dr. Sérgio Bento, que se encontra em fim de mandato naquele cargo e que aproveitou o momento, hoje, aqui, para o felicitar pelo seu sublime desempenho na presidência da Associação, reconheceu numa entrevista ao Jornal Reconquista que as políticas de afastamento de algum tipo de comércio dos centros da cidade foi um erro e que hoje toda a gente já percebeu esse mesmo erro, havendo esforço, no sentido, de reverter essa tendência, porque o centro da cidade, dizia o Dr. Sérgio Bento, tem de ter habitação e comércio. Mas, as coisas não se mudam de um momento para o outro.

Defendeu ainda que a cidade não pode ser pensada no curto prazo e se queremos criar condições para que o centro se volte a revitalizar, teremos que as criar, um trabalho que tem que envolver todas as entidades, porque ninguém faz nada sozinho, não podemos navegar à vista, temos de ser objetivos. Palavras do Dr. Sérgio Bento.

Não posso deixar de estar mais de acordo com o Dr. Sérgio Bento. Por essa razão, o cito, hoje nesta Assembleia Municipal. Urge, pois, inverter a tendência da perda de protagonismo do comércio no centro da cidade de Castelo Branco. Considero determinante, considero necessária uma particular atenção ao centro da cidade que impulse a revitalização urbana e estimule o turismo, atraia indústrias criativas, culturais e impulse a utilização de novas tecnologias e a digitalização das atividades económicas, culturais e sociais.

O comércio tradicional, o comércio de proximidade, o comércio de bairro ou comércio local, são terminologias usadas na definição deste comércio do centro da cidade, com vendas personalizadas, com produtos endógenos valorizados e onde se faz todos os dias história. É este o comércio que impulsiona a vida e a dinâmica dos centros da cidade. O centro da cidade deve ser visto como verdadeiros centros comerciais a céu aberto. Por isso, deverá haver um esforço para fomentar e aumentar a competitividade e criar elementos de diferenciação claros que permitam aumentar a oferta comercial e valorizar os produtos, particularmente, os produtos locais. O processo de atualização e modernização do comércio local, tanto ao nível dos espaços físicos, como dos conceitos de venda, deverão ser uma aposta clara desta Câmara Municipal. Certamente, que os comerciantes aceitarão integrar uma estratégia que os envolva e que reposicione a dinâmica comercial coletiva.

O investimento público deve ser usado para apoiar estas iniciativas, os beneficiários de um bom programa de ação, seremos, naturalmente, todos nós. Mas, como disse, na semana passada, o Presidente da Associação Comercial e Industrial da Beira Baixa, não podemos é navegar à vista, temos que ter objetivos.

### **Christelle Varanda Domingos (PS)**

De facto, fiquei confusa com o discurso do Senhor Deputado, Miguel Barroso. Sei que esteve algum tempo ausente desta Assembleia, talvez por isso, não esteja tão atento a alguma dinâmica no que se refere, principalmente, ao dinamismo empresarial que diz não existir.

Por isso, acho que as palavras que tenho aqui hoje, poderão, de facto, elucidá-lo de algumas questões que não tenha tão presente. E de facto, nos últimos anos, Castelo Branco tem vindo a consolidar-se como um polo dinâmico ao nível empresarial e do investimento. Mas, importa frisar que não estamos a falar de empresas que aqui apenas instalam a sua sede fiscal. Estamos a falar de empresas que criam postos de trabalho, promovem riqueza e também estimulam todo o ecossistema de inovação e desenvolvimento. Este é um caminho coerente e sustentado que caracteriza toda a dinâmica deste mandato autárquico. Tomemos como exemplo a chegada recente da Noesis, uma multinacional da consultoria tecnológica que optou por instalar um centro de competências no coração da cidade. Esta escolha não foi acidental, representa um reconhecimento das condições que Castelo Branco tem para oferecer, de uma estratégia de captação de investimento deste Executivo Municipal, ao mesmo tempo que aposta na revitalização do centro histórico, “Roma e Pavia não se fizeram num dia”.

Outro exemplo, é a Evox, uma empresa de referência de tecnologias para os resíduos que, com o apoio do Município, expandiu as suas instalações para a zona industrial e hoje, se não sabe, é uma referência a nível nacional e também internacional, demonstra como Castelo Branco pode ser um berço para empresas competitivas. E, nesta, mesma zona industrial, temos a Schreiber, se não sabem, investiu 28 milhões nos últimos dois anos para aumentar o seu processo positivo. Temos a APTIV também com um investimento de 10 milhões para instalar uma nova unidade fabril. São investimentos que significam mais emprego, mais riqueza e um reforço da competitividade do nosso tecido empresarial. Mas, também não nos podemos esquecer, mais a norte do Concelho, a TRK Aeronautics que no Aeródromo Municipal, em parceria com a Dassault Aviation, está a duplicar a sua capacidade de manutenção e desmantelamento de aeronaves.

Este investimento superior a 1,3 milhões, posiciona Castelo Branco, numa referência no sector aeronáutico e cria novas oportunidades de emprego para as empresas locais, para a formação profissional, também de mão-de-obra qualificada.

Mais ainda, esta semana, o Município assinou um contrato para instalar a Humiverso, uma start-up local que desenvolve tecnologias de compostagem para transformação de resíduos orgânicos. A criação de um espaço industrial para esta empresa representa mais um passo de afirmação na diversificação económica e de captação de valor acrescentado. E, de facto, mais exemplos poderia aqui dar e não me quero estender. Mas, este investimento tem ainda uma característica importante, estão distribuídos, estrategicamente, por todo o Concelho, na zona industrial, a zona histórica e Aeródromo Municipal.

Esta diversificação territorial e sectorial, garante que Castelo Branco não é só, apenas, um destino de investimento, é também um local onde as empresas crescem, se inovam e desenvolvem.

É compromisso deste Executivo apostar na economia deste território e continuar a evoluir, com mais empregos qualificados e mais oportunidades para todos.

### **Carlos Manuel Freire Antunes (PSD/CDS/PPM)**

Como tenho muito poucos segundos, não fazer a intervenção que tinha escrito, mas como apresentei isto aqui no dia 28 de junho de 2024 e quero fazer uma declaração de interesse.

Eu sou pai de um aluno da Escola Cidade de Castelo Branco, do primeiro ciclo, e resumindo, venho aqui agradecer aos serviços da Câmara e à Câmara, o facto, de ter tido a iniciativa de colocar mesas e bancos para que os alunos não comam sentados no chão.

Obrigado, em nome de todos os pais.

No entanto, não posso deixar de dizer que ainda faltam situações, nomeadamente, os telhados, os bebedouros e não me alongo mais porque não tenho tempo para isso e quero perguntar ao Senhor Presidente se vai ser feito e quando é que vai ser feito. Obrigado.

### **Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)**

Venho a esta Assembleia apresentar algumas questões, concretas, que evidenciam a falta de respostas e ações efetivas do Executivo Municipal, face às necessidades da Freguesia de Louriçal do Campo, evidenciando, uma gestão pautada por desigualdades no tratamento das freguesias ao longo dos últimos quatro anos.

Foram enviados múltiplos ofícios e emails ao Senhor Presidente da Câmara, sobre diversos assuntos, sem qualquer confirmação de receção ou resposta formal, a poucas respostas recebidas foram exceção.

Como pode um Executivo Municipal ignorar os legítimos pedidos da população e dos seus representantes?

A transparência e o diálogo são pilares da democracia, contudo, neste caso, assistimos a um silêncio inaceitável, segregador e prejudicial. É impossível ignorar a disparidade de investimentos entre as Freguesias do Concelho. Enquanto, algumas beneficiam de obras, em curso e projetos aprovados, o Louriçal do Campo é sistematicamente esquecido.

Pergunto, diretamente, ao Senhor Presidente, qual foi o montante investido na Freguesia durante o último mandato?

Poderia especificar o número de obras realizadas?

Em que áreas investiu?

Na área da cultura, o que fez?

Não me refiro a promessas, mas a obras físicas ou qualquer tipo de investimento, mesmo que me digam que seja de forma cultural, o povo tem direito a saber como os recursos públicos são aplicados. O silêncio do Executivo apenas reforça a perceção de decisões tomadas com base em critérios partidários.

Pergunto-lhe, em relação à eliminação das acácias, conhecido por todos como um fracasso, se há novidades. Se há acordo com a empresa, o projeto parou por tempo indeterminado ou corre o risco, caso não se atue, brevemente, todo o investimento feito até agora tenha sido dinheiro deitado ao lixo.

Quanto a casa das Eirinhas, o Senhor Presidente, afirmou, em setembro de 2024, nesta Assembleia e cito “quanto à casa que falou, penso que se terá esquecido de alguma coisa, o Senhor teve resposta. Eu disse-lhe que não foi por escrito, mas para mim a palavra conta tanto como aquilo que está escrito. Eu disse-lhe que a casa não era da Câmara Municipal e, por essa razão, a Câmara não podia pô-la à venda”. No dia 1 de outubro, a Junta de Freguesia, no dia a seguir, à Assembleia, enviou-lhe um ofício para que o Senhor escrevesse o que disse aqui na Assembleia e que dissesse que a casa das Eirinhas, realmente, não pertencia à Câmara Municipal, porque se a Câmara Municipal não quer resolver o problema da casa das Eirinhas, a Junta de Freguesia de Louriçal do Campo, vai-se esforçar para que este problema seja resolvido.

No último, mês, registou-se uma derrocada na parte da muralha do Castelo. Independentemente, das polémicas e da natural preocupação em descartar responsabilidades, no Louriçal do Campo, há um muro em pedra num edifício da Câmara Municipal, que é no Centro de Animação Social que ameaça ruir, melhor dito, há uma parte que até já cedeu. Não tem a dimensão de uma muralha, apesar de se encontrar num ponto elevado, o problema foi reportado, apesar dos alertas, não foi feita qualquer diligência para resolver este assunto.

Será necessário aguardar por um acidente para que o Executivo intervenha? Recordo que a queda daquele muro atingirá o polidesportivo, adjacente, onde frequentemente as crianças jogam futebol.

Por fim, saliento o estado deplorável das estradas que ligam o Louriçal do Campo à Soalheira e à EN18.

Entre os anos de 2022 e 2025, foram enviados vários ofícios, vários emails, solicitando reparações, mas em quatro anos não foi feita a mais pequena intervenção no pavimento. Esta situação compromete a segurança dos utilizadores, dificultando a mobilidade das pessoas, que acarreta despesas para os empresários e prejudica a economia local. A manutenção é responsabilidade do Município de Castelo Branco, a sua negligência não tem qualquer justificação. Senhor Presidente, neste caso, os acessos, são problemas reais que afetam, diretamente, e diariamente a qualidade de vida da população, exigindo respostas claras e ações concretas.

Os habitantes de Louriçal do Campo, Casal da Serra, São Vicente da Beira, Ninho do Açor, Sobral do Campo, utilizam diariamente estas vias e não podem nem devem ser esquecidos. O desenvolvimento equilibrado de Castelo Branco, só poderá ser possível quando o Executivo assumir o compromisso de governar para todos, com a equidade e transparência exigidas.

Para concluir a minha intervenção e dizem sempre que uma foto, ou um vídeo representa mais que qualquer palavra, hoje, pergunto diretamente ao Presidente da Câmara, se o Senhor se sente confortável cada vez que sai de sua casa para vir trabalhar se passasse pelas estradas que vamos mostrar, agora, que são os principais acessos à Freguesia de Louriçal do Campo. Esta estrada são seis quilómetros que liga a EN18 ao Louriçal do Campo e este é o estado em que ela está.

A Câmara nunca fez a manutenção da mesma.

(Nesta intervenção foram projetadas e apresentadas fotografias pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal da Campo).

### **Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS)**

Queria só perguntar ao Senhor Deputado Pedro João Serra, há quanto tempo é que esta estrada não tem intervenção?

**Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)**

Senhora Deputada, Carla Massano, agradeço-lhe por ter feito esta pergunta.

Gostava de dizer que Junta de Freguesia não é empregada da Câmara Municipal, não é a Junta de Freguesia. Quero-lhe dizer que nos últimos quatro anos, teve zero intervenções. Teve uma intervenção em 2020 naquela estrada e antes de 2021, os buracos eram reparados com regularidade. As únicas vezes que foi reparada, foi por conta da Junta de Freguesia, porque em novembro de 2024, pedi ao Senhor Presidente da Câmara o asfalto para a Junta colocar no pavimento, sem qualquer custo para a Câmara. O Senhor Presidente, respondeu que já tinha feito a diligência para que os serviços da Câmara, reparassem o caminho. Nunca o fizeram e tornei a repetir a pergunta, em janeiro, e respondeu-me a mesma coisa, portanto, nem a Junta de Freguesia fez o trabalho.

A Câmara está satisfeita com isso?

**José Dias Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)**

Estou aqui para falar de algo positivo e não para não ter uma intervenção pela negativa. A verdade é que, há muito em Castelo Branco que temos e nos devemos orgulhar.

No passado dia 22, concluiu-se a quarta edição do Prémio Internacional de Poesia António Salvado, promovido em conjunto pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia de Castelo Branco desde a terceira edição. A primeira e a segunda foram promovidas pela Junta de Freguesia. Para dizer que este ano tivemos 1607 candidatos, 1138 propostas de livros submetidas em tempo útil, a partir de 24 países em língua castelhana, 573 propostas da Alemanha, da Argentina, da Bolívia, do Chile, da Colômbia, de Cuba, do Equador, da Espanha, das Honduras, de Inglaterra, de Itália, do México, do Uruguai, dos Estados Unidos da América e da Venezuela.

Em língua portuguesa, 565 propostas, de Portugal, Brasil, e Angola, Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Timor, França e Inglaterra.

Dizer-vos que, de acordo, com as normas regulamentares, foram aceites 581 obras em língua castelhana 321 e em língua portuguesa 260. Os leitores de língua portuguesa que fizeram a preparação do concurso foram 17 e em língua castelhana, 14.

O júri foi presidido pelo Poeta e Professor da Universidade de Salamanca, Alfredo de Alencar. Tivemos 24 finalistas em língua portuguesa, 1 de Moçambique, 4 do Brasil e 7 de Portugal. Em língua castelhana, 1 de Cuba, 1 do México, 1 do Uruguai e 9 de Espanha. Os vencedores em língua portuguesa foi Amadeu Baptista e uma menção honrosa para João Rasteiro, ambos, poetas portugueses e mais ainda, ambos poetas de significativo renome, em Portugal. Da língua castelhana, foi o vencedor Luís Pérez Boitel, de Cuba, um dos maiores Poetas ibero latinos e americanos. E há menção honrosa para José Manuel Martin Portales, um poeta de Espanha.

Dizer-vos que a apresentação e a entrega dos prémios, serão feitas como sempre, no dia 20 de julho, que é o Dia da Freguesia e dizer-vos que há, na verdade, em Castelo Branco, muito daquilo que temos para nos orgulhar.

É o Prémio Internacional de Poesia, António Salvado, cidade de Castelo Branco, coloca há vários anos Castelo Branco no mundo e isso é muito importante para nós.

### **Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)**

Em dezembro, passado, aquando da aprovação do Orçamento para o presente ano de 2025, tivemos a oportunidade, em jeito, de balanço do mandato atual, de fazermos uma resenha das nossas intervenções aquando da discussão dos documentos Previsionais do Município de Castelo Branco, referente, aos anos do seu atual mandato. Fizemo-lo porque entendemos que o Orçamento é um instrumento eficiente ao serviço de uma política de desenvolvimento. As nossas críticas sempre foram e são essencialmente as seguintes.

Primeiro, a ausência de uma estratégia para o desenvolvimento do nosso concelho. Defendemos o investimento social, consideramos que é necessário para assegurar o bem-estar da

população, mas entendemos que o desenvolvimento de uma região tem de estar alavancado pela vertente económica. Para isso, é imprescindível definir uma política de desenvolvimento e promover os investimentos que a suportam. Temos de definir uma estratégia clara e temos de ser coerentes nas ações que a concretizam, caso contrário, arriscamo-nos a ser uns cataventos e perdermos o nosso esforço na gestão corrente e a correr atrás dos prejuízos.

Segundo, o facto do investimento previsto nos diversos orçamentos não ser devidamente priorizado, tendo em consideração a capacidade do Executivo em promover a sua execução real nos prazos previstos, tendo em conta a disponibilidade dos agentes económicos para realizar os trabalhos previstos, é grave. Nem sequer as obras de manutenção das infraestruturas foram atempadamente realizadas, como está à vista de todos e patente nos relatórios de execução. Mais grave, os investimentos previstos, alguns deles, decorrentes, de promessas eleitorais, não tiveram sequer execução e foram desaparecendo de mansinho nos subsequentes orçamentos. Com isto, o Executivo perdeu a confiança e a credibilidade junto dos agentes económicos essenciais para realizar os trabalhos previstos.

Terceiro, logo no início do seu mandato, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, manifestando preocupação, relativamente, à utilização de um bem essencial para a vida em geral e da nossa população, em particular, anunciou que iria ouvir os albicastrenses, relativamente, à utilização dos nossos recursos hídricos e avançou com o compromisso de construir a barragem do Barbaído.

Sendo um assunto de inegável importância, saudamos a iniciativa de promover um debate alargado sobre a problemática dos recursos hídricos do nosso Concelho que até hoje, desconhecemos.

Desconhecemos qualquer iniciativa do Senhor Presidente que concretizasse esta discussão pública. Não nos parece adequado que a anunciada discussão de um assunto de tamanha importância tenha ficado confinado ao recato do seu gabinete. A sua incapacidade em ouvir a

população do nosso Concelho, em desprezar os contributos da oposição, faz com que fique rodeado apenas por quem já não tem nada a acrescentar. Recordamos que a ausência de uma decisão do Executivo Municipal sobre a utilização dos recursos hídricos, conduziu à perda de um investimento muito substancial para o nosso Concelho, a Barragem do Barbaído também parece ter o mesmo destino. Está adiada.

Quanto à problemática da água, não vimos qualquer capacidade em promover a sua discussão pública, no entanto, alguns dos grandes projetos constituíam promessas eleitorais do atual Executivo que são sucessivamente anunciados e reanunciados com grande pompa e circunstância. Agora é que é, Senhor Presidente, estes tiros de pólvora seca só minam a confiança, a incapacidade do Executivo em realizar as grandes obras decorrentes das promessas eleitorais.

Está no presente a promover a inauguração de obras a inauguração do bebedouro e as iniciativas que qualificamos de lançamento de primeira pedra.

Como referi, em dezembro, cheira a eleições.

### **Milena Cristina da Silva Marques Santos (Presidente da Junta de Freguesia de Alcains)**

O crescimento dos polos urbanos, nomeadamente, das cidades, tem que ser sempre acompanhado pelo conhecimento e valorização das suas terras, das suas gentes, desde o centro da cidade, até ao ponto mais distante do Distrito.

Alcains, foi ao longo de vários anos, considerado quase sempre como, a anexa, a Castelo Branco, sendo o seu desenvolvimento visto quase que uma afronta à capital de Distrito, por exemplo, a desvalorização da zona industrial de Alcains, em função do crescimento da zona industrial de Castelo Branco. E, aproveitamos para agradecer, a quem, ao longo dos anos, continua a apostar em manter as suas empresas e laborarem em Alcains.

Foi com este Executivo Camarário que temos vindo a ter uma inversão deste trajeto que não agradava aos alcainenses.

Finalmente, estão em curso, vários projetos, nomeadamente, a resolução do problema da OVIGER, a valorização de um espaço que esteve completamente esquecido, o antigo ciclo, com a construção do Centro de Saúde e a requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo, entre outros projetos que para ali se adivinham. Este investimento, da autarquia, vem fazer a diferença no desenvolvimento de Alcains, das aldeias vizinhas e, conseqüentemente, de Castelo Branco.

Em conjunto com a Câmara de Castelo Branco, trabalhamos todos os dias por Alcains, mas, Senhor Presidente, ainda há mais para fazer.

Mas, hoje, o que me traz aqui é a valorização do investimento privado na nossa vila.

A cooperação entre o executivo da Câmara Municipal e os investidores privados é essencial para construir um ambiente favorável ao crescimento do comércio e dos serviços. Além disso, a diversificação das opções comerciais pode atender melhor às necessidades da comunidade e fortalecer a economia local.

A inauguração de duas superfícies, o Continente Bom Dia e o Lidl vieram trazer vantagens para a comunidade e para os consumidores. A presença destes supermercados vieram impulsionar a economia local, criando empregos e estimulando o comércio da região. Além disso, muitos supermercados estabelecem parcerias com fornecedores locais, o que beneficia ainda mais a nossa economia.

Estas cadeias oferecem uma ampla gama de produtos que permitem aos consumidores fazer as suas compras de forma rápida e conveniente, sem precisar de grandes deslocções, uma vez mais, beneficiando Alcains e as aldeias vizinhas.

A par deste crescimento, é gratificante observar o dinamismo e o espírito empreendedor que tem caracterizado Alcains nos últimos tempos no crescimento do comércio tradicional, é um sinal claro que a nossa comunidade está a investir no futuro e a valorizar o que temos de melhor.

Nesta Assembleia, quero expressar o meu sincero agradecimento a todos os comerciantes que acreditam no potencial da vila de Alcains e decidem abrir lá novos estabelecimentos comerciais.

O vosso empenho não é só contribuir para a economia local, mas também enriquecer a vida da nossa comunidade, oferecendo mais opções de serviço aos nossos habitantes. Que seja um começo de um percurso de sucesso e colaboração mútua.

Agora cabe-nos a todos, utilizar as nossas competências para promover e divulgar os nossos produtos regionais e tradicionais e ao mesmo tempo, fazer a valorização deste comércio que está em desenvolvimento.

Vou falar agora num evento que é o Portugal Cheese, que representa uma iniciativa do Município e que tem contribuído de maneira significativa para a divulgação e valorização dos nossos produtos regionais, quer a nível nacional, quer internacional. Esta iniciativa foi essencial para fortalecer a nossa região, a nossa identidade e a nossa herança cultural.

Aproxima-se mais uma edição que vai decorrer nos dias 9, 10 e 11 de maio e aproveito para convidar todos a estarem presentes neste certame que tanto valoriza as nossas raízes.

Em jeito de conclusão, gostaríamos de expressar em nome de todos os que agora podem usufruir dos novos espaços, o nosso sincero agradecimento ao Executivo da Câmara Municipal e a todos aqueles que trabalharam e contribuíram no processo, superando os desafios que surgiram ao longo do caminho.

O apoio, a colaboração e o empenho de cada um, foram fundamentais para o sucesso dos projetos que estão em desenvolvimento em Alcains, estamos ansiosos para desfrutar dos espaços que certamente trarão qualidade de vida e oportunidade para todos. Bem-haja!

**Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)**

Eu não posso deixar de dizer à Senhora Presidente da Junta de Alcains que sou também de Alcains e que aquilo que a Senhora Presidente de Junta disse, de facto, só nos pode encher de orgulho.

A vivacidade e o empreendedorismo, a resiliência dos Alcainenses é clara e notória.

E vem a minha pergunta, Senhora Presidente, a minha questão, refere-se...fiquem tranquilos, já percebi, ficaram nervosos com a minha intervenção, mas isso já passa. A minha questão, é para a Senhora Presidente de Junta e é simples, referiu a intervenção que está a ser feita, a instalação do novo Centro de Saúde. Há alguma previsão para a conclusão dessas obras e para o início de atividade dessa nova infraestrutura?

**Daniel António Guerreiro Almeida (PS)**

É com uma grande satisfação que trago o projeto de requalificação do Bairro da Carapalha para esta Assembleia Municipal, um investimento estruturante que reflete a abordagem estratégica do Município na requalificação urbana.

Com o PS não nos limitamos a resolver problemas pontuais ou aplicar soluções superficiais, em vez disso, privilegiamos intervenções abrangentes que melhoram, significativamente, a qualidade de vida dos nossos munícipes e garantem um crescimento sustentável para Castelo Branco.

A transformação da Carapalha não é apenas uma questão de pavimentação ou de renovação de infraestruturas, é uma visão integrada que responde às necessidades da população e até antecipa desafios urbanos do futuro. As intervenções em curso e os projetos delineados representam já um investimento de quase 9 milhões de euros, assegurados através de fundos próprios do Município e de financiamentos como o Plano de Recuperação e Resiliência e o Portugal 2030.

E, não, Senhor Deputado Miguel Barroso, o que os habitantes da Carapalha vão ter, não é uma mão cheia de nada. O Senhor Deputado, volta, e ainda bem, como que um cavaleiro messiânico do Movimento Independente, mas aquilo que trazemos aqui é realmente a concretização. Portanto, também quero aqui perguntar, onde é que nós ficamos? Se criticam da mesma forma que o Sempre-MI, onde parte já esteve no Executivo, a não concretização ou a concretização? Qual é o problema?

E, vamos voltar, novamente, ao tema da Carapalha, que é um investimento, uma requalificação que olha para o futuro. A primeira grande vertente deste projeto é a infraestruturização completa do bairro, garantindo a modernização das redes de abastecimento de água, saneamento e águas pluviais. Estas obras são fundamentais para evitar inundações, melhorar a resiliência das infraestruturas e reduzir perdas de água, alinhando Castelo Branco com as melhores práticas nacionais de eficiência hídrica do país.

Adicionalmente, a requalificação dos arruamentos introduz novas condições de acessibilidade e segurança, com passeios alargados, estacionamento ordenado e a renovação da sinalização viária, melhorando assim, a circulação das pessoas e veículos. A aposta na mobilidade sustentável também é clara. Além da melhoria dos acessos pedonais e cicláveis, foram incluídos lugares para bicicletas e postos de carregamento elétrico.

A habitação a custos acessíveis, um compromisso social responsável, um outro pilar fundamental deste projeto é a construção de habitações a custos acessíveis, uma resposta direta a desafios da fixação da população, sobretudo, jovens e famílias de classe média que enfrentam dificuldades no acesso à habitação.

O edifício em construção na Rua Adelino Semedo Barata, terá 15 fogos de tipologia T1 e T2, distribuídos por oito pisos, além de dois pisos de estacionamento. É importante sublinhar que esta não é de habitação social, mas, sim, de habitação acessível, destinada a quem, tendo atividade profissional e rendimento estável, ainda não tem condições para adquirir casa própria. O critério de acesso a estas habitações será claro e transparente, tal como acontece com todos os outros

programas de arrendamento acessível do país. Os interessados terão de apresentar uma declaração do IRS, garantindo que dispõem de condições financeiras para pagar a renda. Assim, asseguramos que estas habitações cumpram o seu propósito e beneficiem quem realmente precisa.

Um equilíbrio entre o urbanismo e a sustentabilidade, a renovação urbana da Carapalha incorpora também um compromisso ambiental. Nos espaços intervencionados serão plantadas novas árvores e criadas pequenas zonas verdes que tornam o ambiente mais agradável e reforçam a resiliência climática. Mas, não nos ficamos por aqui, em outros pontos da cidade, o Município tem levado a cabo iniciativas de arborização e criação de espaços verdes, garantindo um ambiente urbano equilibrado e sustentável.

Senhoras e Senhores Deputados, este projeto é um exemplo concreto da forma como esta Câmara Municipal e o seu Executivo governa com planeamento, visão e compromisso com as cidades e os seus cidadãos, optamos por soluções estruturais em vez de medidas avulsas, e asseguramos que os investimentos feitos, hoje, terão impacto positivo nas próximas gerações.

E, como disse, Senhor Deputado, António Fernandes, as coisas demoram a serem feitas, não temos varinhas mágicas, se a encontrou, agradecíamos também que nos avisasse.

A outra questão que também queria colocar aqui, a jeito de brincadeira, era se a intervenção do Senhor Deputado, António Fernandes, foi aqui uma intervenção, pelo próprio, ou se foi uma carta do Dr. Sérgio Bento.

### **Francisco Manuel Pombo Lopes (PS)**

Eu não posso deixar de iniciar a minha intervenção, com um problema, um problema que detetei de algumas pessoas, que é o problema de verem a obra concretizada. O problema de verem a obra concretizada, é algo que afeta muita gente, que coloca um nervosismo tal, que gera uma incapacidade de bom senso, porque a realidade prática e esta é que é a realidade prática, é que a

obra está aí no terreno. Nós saímos e vemos a obra. Até agora, vinham com a retórica de não se vê nada. É ou não feita a obra? Não é feito investimento? Nunca há investimento, nunca é feito nada. Contas para ali e contas para lá, retórica do blá blá blá.

Neste momento, à obra e, perante a obra, há uma incapacidade de resposta e temos que nos refugiar na demagogia. A demagogia é sempre o porto de abrigo para os incapazes. Portanto, existe aqui uma certa incapacidade de encaixe de que a obra está a surgir e está a ser implementada no terreno. Essa é que é a verdade. Essa é que é a verdade pura e dura. Agora não nos podem culpar de sermos ambiciosos. De facto, somos ambiciosos. Somos ambiciosos pelo Concelho. Somos ambiciosos pelas empresas. Somos ambiciosos pelos cidadãos. Somos ambiciosos por todos aqueles que aqui vivem e ainda somos mais ambiciosos, queremos que mais pessoas vivam aqui, mais empresas se sediarem aqui, que haja mais investimento e que as pessoas se sintam bem a viver na sua terra e não tenham que procurar outros destinos.

Quando ouvi o Senhor Deputado, Miguel Barroso, peço desculpa, pensei logo assim...estão a desenhar-se as eleições e tenho que criticar alguma coisa, então vou criticar que agora é que está a ser feita a obra. A obra não é uma “sopa instantânea” não se mete água, mexe e está pronta. Há procedimentos concursais, há projetos a ser aprovados e agora a obra está a surgir.

O nosso maior pecado é sermos ambiciosos. Logicamente que partimos para uma estratégia ambiciosa e, logicamente que, numa estratégia ambiciosa, não se pode concretizar do dia para a noite. Não se pode fazer tudo aquilo que ambicionamos em quatro anos. É por isso, mesmo, que vamos continuar ambiciosos pelo nosso Concelho. Vamos continuar ambiciosos pelos nossos cidadãos. Vamos continuar ambiciosos pelo investimento na nossa terra e isso vocês podem sempre criticar, porque é dessa crítica que nos faz mover para servir mais e melhor os nossos munícipes.

Por outro lado, vou falar da zona histórica. A zona histórica tem finalmente concretizações. As obras avançaram para a recuperação da Igreja de Santa Maria, para a instalação do Centro de

Interpretação, que vai unir o nosso potencial histórico, turístico e económico, também com o Centro de Interpretação Templária Pedro Álvares Alvito, fundador da nossa cidade.

Temos também o avanço da Escola de Chefes.

Temos a reabilitação de habitações para serem devolvidas aos cidadãos.

Temos outras obras de assinalar na nossa zona histórica.

Claro está, não queiram que a zona histórica, ao fim de décadas, do dia para a noite, seja renovada, têm que dar algum tempo. Aliás, queria-vos ver a executar em quatro anos tudo aquilo que é preciso executar para os nossos munícipes.

### **Maria da Conceição Martins Pereira (CHEGA)**

É assim, o Senhor Deputado disse que os outros estavam nervosos, mas acho que o senhor é que estava bastante nervoso.

Faz parte da sua personalidade.

Não sei se será coincidência, mas as obras só aparecem quando é a altura das eleições. É assim, isto é assim em todos os Municípios. Eu já estive muitos anos no Município de Setúbal e é engraçado, também só na altura das eleições é que apareciam as obras.

Quer dizer, só no fim de quatro anos é que aparecem as obras todas e ao mesmo tempo.

Será coincidência?

### **Presidente da Câmara Municipal**

De facto, Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, não podia concordar mais consigo quando se refere a nervosismo, parece que estão assustados com as obras, com a realizações e também, como diz, com a ambição. A ambição que não é nossa, mas do Concelho e dos nossos concidadãos.

Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, coloca aqui quatro questões que gostaria de responder de uma forma muito sintética, a rede viária. Efetivamente, a rede viária do Concelho de Castelo Branco, carece há muito tempo de uma forte intervenção. Foram feitos investimentos avultados, nomeadamente, naquilo que diz respeito ao perímetro urbano da cidade de Castelo Branco e, infelizmente, depois dessas construções e da realização dessas obras, não houve recarga de pavimento, não houve manutenção e estamos agora a atingir uma fase que é difícil e que exige fortes investimentos. É isso que este Executivo está a fazer, não podendo fazer tudo ao mesmo tempo, estamos a resolver questões que necessariamente necessitam da nossa intervenção.

Recordo, apenas, dois ou três, exemplos, a ligação entre a antiga ETAR de Castelo Branco e o nó da A23, que intervencionamos há dois anos. Já estávamos a pensar nas eleições.

A intervenção da pintura do pavimento entre o Museu Francisco Tavares Proença Júnior e o Continente. Estamos agora a aguardar que passe algum tempo porque não se pode fazer a pintura das vias intervencionadas com betuminoso logo imediatamente, se não o próprio betuminoso absorve a tinta e a marcação desaparece.

Já iniciámos uma obra há muito tempo necessária, entre a Rotunda da Europa e o cruzamento para os Escalos. As máquinas já estão no terreno.

Estamos a fazer uma intervenção de grande dimensão na Rua de Santiago.

Já intervencionamos a Rua Dadrá.

Estamos a intervir na Rua dos Bombeiros Voluntários e há mais algumas obras para intervencionar.

Fizemos o investimento que já aqui foi referido, relativamente, ao Bairro da Carapalha. Está concretizado, permitindo aos empreendedores na área do imobiliário concretizar os seus projetos, se não o fizéssemos, os prédios não podiam ser habitados.

E, portanto, estamos a dar resposta.

Sei que todos gostaríamos de ter um novo betuminoso em todas as vias, mas não é possível por várias razões e não são desculpas, são apenas constatações da realidade porque não há tempo para fazer projetos para tudo isso. Não há recursos financeiros que permitam, no mesmo ano, ou no mesmo mandato, dar resposta a todas as necessidades e não há também, capacidade técnica dos nossos serviços. E, eu tenho que dar aqui uma palavra de reconhecimento aos Serviços Técnicos da Câmara Municipal, estamos com um volume de obras muito elevado que exige um trabalho muito forte por parte dos nossos dirigentes e dos nossos trabalhadores.

Caro Deputado, Miguel Barroso, da sua intervenção também se percebe a sua inexperiência. De facto, o Senhor não tem experiência de cargos executivos. A sua experiência resume-se vir aqui ao púlpito da Assembleia Municipal fazer abordagens que são generalistas e que são também simplistas. Se o Senhor Deputado, tivesse essa experiência, saberia de certeza, absoluta, o tempo que é necessário entre o lançamento do concurso para a elaboração do projeto e depois o lançamento da obra. É essa a diferença entre aquilo que diz e aquilo que estamos a fazer. O senhor crítica e nós fazemos. O senhor vem dizer que devíamos estar mais longe e estamos a fazê-lo para chegarmos mais longe.

Mas, referindo-me, ainda, ao Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, essa questão que já aqui referi, das intervenções que estamos a fazer no congestionamento de trânsito, felizmente, não temos grandes problemas de trânsito em Castelo Branco. Há alguns pontos que são um pouco mais complicados, nomeadamente, a entrada sul da cidade, quando se vem da zona industrial, a determinadas horas do dia, começa a haver alguns congestionamentos que também é interessante verificar e também reflete o dinamismo da cidade. Se não houvesse carros e se não houvesse esse congestionamento, significava que não tínhamos pessoas a circular, a investir, a fazer compras e a divertirem-se porque Castelo Branco também é uma terra onde as pessoas se vêm divertir.

Depois fez uma questão sobre a Devesa e as obras em desenvolvimento.

Tão bonitas que são as floreiras. Eu sei que alguns não gostam, não gostam de coisas alegres, não gostam de coisas bonitas, coisas que valorizam o espaço e aquilo que é a dinâmica social nos centros das cidades.

Relativamente, à Devesa, devo dizer o seguinte, em 2021, em setembro, Castelo Branco foi assolado por uma forte intempérie, nessa altura, desabou o teto do Centro de Cultura Contemporânea de Castelo Branco. Também podíamos aqui falar das razões que levou a esse desabamento que foi a falta de manutenção que levou a que os tubos de descarga ficassem entupidos, que a água fosse para cima do teto e este desabasse.

Esta falta de manutenção, caras e caros amigos, condiciona-nos, hoje, em muitos aspetos da nossa vida. Condiciona-nos nas vias de circulação, condicionou-nos no CCCCCB, condiciona-nos ainda nos parques de estacionamento, e em tantos equipamentos que são do Município que exigem essa manutenção e que ao longo de muitos anos foi descuidada. Nós podemos contar pelos dedos da mão e sobram, as intervenções que foram feitas nesses espaços e no CCCCCB aconteceu precisamente isso, não tinha sido feita a manutenção adequada para que isso não tivesse acontecido. Mas, nessa sequência, e logo, poucos dias após a tomada de posse, contactei o arquiteto responsável pelo projeto do CCCCCB para perceber que tipo de intervenção e a dimensão da intervenção, porque como sabem, os arquitetos mantêm por muito tempo os direitos de autor, relativamente, aos projetos que fazem.

Fizemos uma visita a Barcelona para falar com o Arquiteto Matteo, em que lhe perguntámos o que é que achava da intervenção feita e o que é que achava que poderíamos fazer. E foi proposta do Arquiteto Matteo, a substituição ou a requalificação do espaço da pista de patinagem por um projeto que ele próprio propôs, que é o projeto que, neste momento, está em obra, que foi projetado de modo a manter as leituras da cidade e do centro e a criação de um espaço que pode ser utilizado de forma multifacetada, seja para conferências, reuniões, workshops, e porque que não, espaços de criação.

Foi também o Arquiteto Matteo, na altura, que referiu que a solução encontrada, nomeadamente, dos repuxos, não tinha resultado. Reconheço aqui, também, a humildade do Arquiteto Matteo, um Arquiteto premiado, internacionalmente, com obra internacional que teve a humildade de dizer que aquilo que projetamos não correspondeu àquilo que era espetável. E, foi a partir daí, que surgiu a possibilidade e a ideia de criar uma nova dinâmica, não deixando para trás a água, antes pelo contrário, valorizando o papel da água no centro cívico da cidade de Castelo Branco.

Essas obras estão, em desenvolvimento e, não, Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, essas obras não irão, de modo algum, inviabilizar a realização de atividades, antes pelo contrário, irão potenciar essa realização e dar mais condições para que os cidadãos vivenciem a praça e aquilo que ela tem para oferecer e acredito que será um espaço de encontro e também de dinamização.

Relativamente, ao Bairro do Lirião, este Executivo, também, não tem estado quieto e fez duas grandes intervenções.

Em primeiro lugar, a colocação de iluminação exterior que concretizámos há um ano e tal, dois anos e ainda não estávamos a pensar nas eleições e agora, mais recentemente, iniciámos a obra de pavimentação de uma das ruas. Os serviços técnicos da Câmara Municipal estão a preparar o concurso, depois logo se vê quando é que o conseguimos abrir. Estão a preparar o concurso para outra pavimentação de uma outra rua. Aquilo que assumimos com os moradores do Bairro do Lirião, porque não podemos fazer tudo ao mesmo tempo, é ir fazendo de forma faseada a intervenção nesse mesmo bairro.

O que é certo é que a Câmara Municipal está a fazer, está a agir e está a dar resposta às necessidades desses cidadãos. Se o Senhor Deputado, Miguel Barroso já fez uma introspeção, relativamente, à sua intervenção, de facto, o Senhor não tem experiência. O Senhor não sabe o que é meter as mãos na massa e não sabe o que é concretizar.

A diferença entre o Senhor e nós, é que o Senhor fala e nós fazemos.

Posso-lhe dar duas ou três notas, a Escola de Chefes, percebo também com entusiasmo, o entusiasmo que todos vocês têm com a Escola de Chefes e é caso para termos esse entusiasmo, porque a Escola de Chefes é um projeto diferenciador e que se enquadra naquilo que definimos para a cidade e para o território que é uma intervenção, também, no que diz respeito, à formação de quadros de excelência na área da hotelaria, da restauração e do serviço de mesa.

Agora, Senhor Deputado, Miguel Barroso, posso-lhe dizer que lançámos este projeto, em 21, no máximo 22, e gostaria de ter uma varinha mágica, uma sopa rápida, como dizia o senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, que nos pudesse, com um estalar de dedos, concretizar de um dia para o outro, aquilo que tão importante é para Castelo Branco.

Mas, também, não vivemos obcecados com o espaço temporal de um mandato, porque um Concelho, uma região, não pode viver limitada àquilo que é o espaço temporal de um mandato. Há mais vida para além dos quatro anos, do mandato, há mais planeamento, mais estratégia e mais intervenção e necessidade do que esse espaço temporal de um mandato.

Afinal, se olharmos bem para aquilo que dizem, quem está preocupado com as eleições são vocês e não o Executivo Municipal. Estamos a fazer o nosso trabalho, e a concretizar aquilo que foram os nossos compromissos.

Aquilo que estamos a fazer é ir muito além daquilo que foram os nossos compromissos.

Programação na Zona Histórica, duas empresas, num espaço, que era utilizado para exposições, quando Castelo Branco tem tantos espaços para exposições. É por isso que no antigo edifício dos CTT estão duas empresas tecnológicas, uma delas com sede em Castelo Branco e outra com sede fora de Castelo Branco, mas que são duas empresas que empregam gente jovem, gente qualificada e gente que vive, em Castelo Branco, embora não trabalhem todos os dias no espaço físico dos escritórios da zona histórica.

Depois fala sobre a muralha do castelo. É de salientar também o interesse que temos por esta muralha do castelo. Tenho eu e temos todos os que aqui estão presentes.

É também importante perceber que esta muralha tinha sido reconstruída, recentemente, não estamos a falar da muralha original, estamos a falar de um troço de muralha que foi reconstruída há algum tempo atrás e que começou a apresentar algumas fissuras e que acabou depois por desabar em consequência da infiltração de água. E, não foi o IP Património que se disponibilizou para resolver aquele problema. Eu já tive a oportunidade de desmentir junto do jornalista da Reconquista, este aspeto. Efetivamente, pedimos apoio à CCDR e ficámos de aguardar a visita dos técnicos do IP Património, porque agora os técnicos do património, tentam sacudir a água do capote.

Nós assumimos as nossas responsabilidades e sabíamos que a muralha estava em risco, mas, o que é que seria de nós, se, de uma forma voluntarista, fôssemos intervir numa muralha ou num troço de muralha, sem termos o acompanhamento de quem tutela este assunto, nomeadamente, do IP Património Cultural e também da CCDR. E, foi isso que fizemos, sinalizamos a necessidade, foi-nos dito que haveria uma visita e ficamos a aguardar por essa visita. Mas, também não ficamos quietos, o Senhor Coordenador Municipal de Proteção Civil, teve ocasião de diligenciar aquilo que foi o isolamento daquele espaço que corria o risco de vir a desabar.

Tribunal Central Administrativo. Senhor Deputado, Miguel Barroso, fui eu, e modéstia à parte, que trouxe o Tribunal Central Administrativo para Castelo Branco. Fui eu, e fi-lo, tendo à disposição, a disponibilidade da Senhora Ministra da Justiça, do Governo, anterior, e também do Senhor Secretário de Estado, Jorge Costa que reuni, em Lisboa, na Praça do Comércio, no Ministério. Foi o Senhor Secretário de Estado, Jorge Costa, que visitou Castelo Branco para que lhe identificássemos os espaços, onde podia ficar o Tribunal e foi esse Governo que decidiu a vinda do Tribunal para Castelo Branco. E, fê-lo de uma forma objetiva, consciente do que era a descentralização dos serviços do litoral para os territórios do interior. E, a decisão, que não é apenas uma decisão

política, de dizer que está legislado, existem contratos assinados para trazer o Tribunal Central Administrativo.

Devo lamentar, Senhor Deputado, Miguel Barroso, o facto, de já ter tido reuniões marcadas com o atual Secretária da Justiça, três vezes e essas três reuniões terem sido adiadas. E, essa reunião, resultaria de um pedido que fiz logo após a Tomada de Posse, do novo Governo, para falar sobre o Tribunal Central Administrativo, dado que esta, é uma competência do Estado e uma competência do Ministério da Justiça. Mas, continuamos o nosso caminho e mais uma vez, temos o tempo, de facto, já queria que o projeto estivesse feito, a empresa que ganhou o concurso para a elaboração do projeto, até tinha obrigação de o ter entregue mais cedo, ainda, ontem, tive reunião com eles, não o fizeram. O que é que faço? Mando-os prender? Rescindo o contrato com eles? O que é que fazemos, relativamente, a essa situação?

De facto, Senhor Deputado, Miguel Barroso, o Tribunal virá para Castelo Branco, porque eu me bati por ele, porque me bato por ele e porque continuarei a bater-me por ele.

Depois, entrámos em 2025, em ano de eleições, obras por todo o lado. Então, mas como é Senhor Deputado, há ou não há obras? O Senhor concorda que haja? Ou acha que são obras a mais e que não se devem fazer obras por todo o lado? Estratégia para eleitor ver, Senhor Deputado, repito aquilo que lhe disse, se o Senhor tivesse experiência executiva, percebia facilmente que não são obras para eleitor ver, não se trata de calendários eleitorais. Trata-se, simplesmente, de gerir o espaço, gerir os recursos e de pôr esse espaço e esses recursos ao serviço da nossa população.

Só falta habitação. Posso-lhe também dar algumas notas sobre isso.

Fizemos projetos para habitação e estamos a intervir em cinco casas na Zona Histórica. Esse investimento anda à volta de 1 milhão de euros e estão numa fase adiantada de concretização. Relativamente, à Zona Histórica, posso-lhe dizer e já disse muitas vezes, não será num ano, nem em dois. Não será num mandato, nem em dois, nem em três que concretizaremos a Zona Histórica.

Mas, havemos de o fazer envolvendo os cidadãos locais e porque não, envolvendo outros intervenientes que, não sendo locais, têm interesse na Zona Histórica.

Estamos, neste momento, a concretizar um programa de habitação, estamos a construir um bloco na Carapalha. Temos os projetos concluídos para mais uma série de intervenções, são cerca de 150 fogos que em devido tempo, serão lançados a concurso.

Da intervenção do Senhor Deputado, António Fernandes, só retenho uma frase, as coisas não se mudam de um momento para o outro. E, quanto aos Centros Comerciais, a céu aberto, Senhor Deputado, se tiver curiosidade em fazer uma pesquisa, em jornais, vai ver que durante, algum tempo, assumi o cargo de Diretor do Jornal Gazeta do Interior e que já há muitos anos, fiz um artigo, precisamente, sobre este tema, Centros Comerciais a céu aberto, que na altura, teve uma forte oposição e uma forte crítica, por parte, da Direção da Associação Comercial, isto, obviamente, sem desmerecer aquilo que é o trabalho que a Associação Comercial tem vindo a fazer, em prol, de Castelo Branco e também da dinamização do comércio.

Christelle Domingos, o dinamismo empresarial de Castelo Branco, está à vista, na sua intervenção, aquilo que tem sido a dinâmica empresarial do Concelho de Castelo Branco, nestes últimos anos.

A Noesis já falámos sobre ela, a Evox aumentou, recentemente, a sua intervenção e o seu espaço. A Shreider está a fazer um investimento de grande dimensão.

Depois, vamos para a estratégia referida um pouco mais à frente pelo Senhor Deputado, Armando Ramalho. É caso para dizer, faz como eu, digo, não faças como eu faço. E quando olhamos para aquilo que o Senhor faz e para aquilo que o Senhor diz, encontramos uma forte contradição. Mas, se quer falar de estratégia, no âmbito, da economia e daquilo que é a nossa intervenção no âmbito da economia, podemos falar, por exemplo, da Dassault Service Aviation, mais um investimento que tem lugar no Concelho de Castelo Branco e, onde a Câmara Municipal, teve uma forte intervenção. Fomos à procura do investimento, falámos com o investidor, trouxemos o

investidor até Castelo Branco, mostrámos-lhe as nossas potencialidades e como podiam ser colocadas ao serviço da empresa e até tivemos uma coisa pouco frequente neste tipo de investimentos, que foi o facto da própria empresa, se disponibilizar para adquirir o terreno e fazer as suas próprias instalações.

Recordo que em Reunião do Executivo, até houve quem discordasse desta situação. Houve quem achasse que devíamos ser nós a fazer as instalações para a empresa poder trabalhar. Não significa que não o possamos fazer no futuro, mas no que diz respeito a esta empresa, está a fazer as suas próprias instalações e, esta é, de facto, uma área estratégica de intervenção e uma área estratégica da economia.

O Cluster Aeronáutico de Castelo Branco está presente, a trabalhar e será sem dúvida alguma, um fator de desenvolvimento que já é no presente e também de empregabilidade no futuro.

Quanto ao Senhor Deputado, Carlos Antunes, fizemos algumas intervenções nas escolas, aliás, estamos a fazer muitas intervenções, já requalificamos os balneários da Escola Afonso de Paiva, fizemos uma nova sala nas Sarzedas, fizemos uma nova sala na Escola Primária do Salgueiro do Campo, obras de melhoria em São Vicente da Beira, intervenções nos Escalos de Cima e a Escola dos Escalos de Baixo.

No que diz respeito à cidade de Castelo Branco já está em execução o concurso que lançámos para a requalificação do Pavilhão Desportivo e da Escola do 1.º Ciclo, dessa escola, e também de outras escolas, onde é necessário fazer essa intervenção.

Quanto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Pedro João Serra, permita-me que traga aqui uma missiva que endereçou, em 2019, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, da altura, Dr. Luís Correia, em que dizia o seguinte: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Dr. Luís Correia, enviei alguns assuntos para análise, sobre sinalética, durante estes seis anos como Presidente da Junta de Freguesia do Louriçal do Campo, tentei de diversas

formas, resolver alguns problemas no Louriçal do Campo, em visitas combinadas e prometidas, acabou sempre tudo sem resultado”. Depois, para não estar aqui a ler tudo: “Pavimentação, no caminho dos Moleiros e junto à estrada Dr. Realinho, o piso apresenta várias lombas originadas pelas raízes das árvores, cortaram o pinhal, agora era importante reparar aqueles 20 metros de pavimento.

Sugeria a possibilidade da colocação de uma conduta de esgoto para futuras ligações. Os moradores da estrada de São Fiel, onde, estamos a fazer a ligação, o alargamento, vão pedir a ligação. Por fim, peço-lhe que na próxima vez que vier, que visite o Louriçal do Campo, o faça através da Soalheira, temos 800 metros de pavimento em muito mau estado. As pessoas que se dirigem para o apeadeiro da CP, para o norte do Distrito, Fundão, Covilhã, etc. provenientes, quer do Louriçal o Campo, São Vicente da Beira, Sobral do Campo, Ninho do Açor, entre outras, localidades, percorrem essa estrada. Louriçal do Campo, 29 de outubro de 2019”.

E, perguntava-lhe, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que resposta é que o Senhor teve a estas reivindicações? Que ações é que foram desenvolvidas entre 2019 até 2021? E, porque razão, é que a estrada não foi nessa altura intervencionada?

Mas, posso-lhe dizer mais, Senhor Presidente, da Junta de Freguesia, temos concluído o projeto de repavimentação da estrada de que fala e também da ligação à Soalheira, só ainda não está a concurso, mas que irá assim que possível, só não está a concurso porque existe, como o Senhor sabe, uma partilha administrativa da estrada, entre Castelo Branco e o Concelho do Fundão. É só esse aspeto que está a impossibilitar o lançamento desta obra e a realização da mesma.

O Senhor queixa-se ou melhor, o Senhor queixou-se há muito tempo e nós vamos concretizar.

Senhora Deputada, Carla Massano, ainda não. Há quanto tempo? Provavelmente, aquela estrada nunca teve nenhuma repavimentação.

Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, José Dias Pires, traz-nos aqui, a questão do Prémio Internacional de Poesia, António Salvado, cidade de Castelo Branco.

De facto, temos que ter orgulho, em primeiro lugar, do Poeta António Salvado e em segundo lugar, deste prémio internacional.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, já se referiu ao mesmo e eu queria acrescentar, até porque resulta das nossas relações internacionais e da forma como vamos fazendo o caminho, atraindo novos parceiros que a Universidade de Manchester nos desafiou a fazer para que o Prémio de Poesia, aconteça, também, em língua inglesa e é um dos objetivos para a próxima edição que o Prémio Internacional de Poesia António Salvado, seja um prémio, em língua inglesa, em língua espanhola e também em língua portuguesa, naturalmente, como não podia deixar de ser.

Felicito-o pelo trabalho de dinamização deste prémio e a forma como decorreu e também a forma, como se afirma, cada vez mais, afirmando o nome de Castelo Branco.

Senhor Deputado, Armando Ramalho, tomamos uma posição, conhecida, desde o início, é conhecida ainda antes das eleições, dissemos que não iríamos viabilizar o Regadio a Sul da Gardunha, sem termos alternativa, negociámos e cumprimos, não viabilizamos esse regadio.

O Senhor fala da perda de investimento. Nós fazemos uma leitura ao contrário. Nós fazemos a leitura da garantia do fornecimento de água a Castelo Branco. Nós fazemos a leitura de que estamos a proteger Castelo Branco e que estamos a proteger os albicastrenses porque foi para isso, Senhor Deputado, que nos apresentámos, em eleições, e foi para isso que os eleitores votaram em nós, para os protegermos, para não permitirmos que a água falte nas torneiras dos albicastrenses.

Quanto aos recursos hídricos e à barragem do Barbaído, voltamos àquilo que disse há pouco. A vida de um Concelho e a intervenção autárquica, não fica limitada aos quatro anos, de um

mandato, é contínua e os projetos vão-se desenvolvendo e, naturalmente, estamos a trabalhar nesse sentido.

Mas, também, seria importante que o Senhor Deputado, Armando Ramalho trouxesse aqui, por exemplo, aquilo que a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados fizeram, que foi cumprir as suas obrigações, relativamente, aos nossos fornecedores, cumprir as suas obrigações, relativamente, à Empresa Pública de Água de Investimento e Lisboa e também às Águas do Vale do Tejo, com o pagamento que fizemos, recentemente.

Fala de incapacidade em ouvir a população. O senhor não está cá? O senhor não vive em Castelo Branco? Ou então vive numa bolha que não lhe permite conhecer aquilo que fazemos? Senhor Deputado, estive na sua terra, quando todos se levantaram contra a intervenção no Centro Cívico de Alcains, quando outros se esconderam, quando outros não tiveram coragem para dialogar com as populações. Eu e a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcains, marcámos uma reunião e demos o “corpo às balas”. Fomos lá porque havia um grande incomodo, relativamente, à intervenção que estava a ser feita. Fomos lá, chamámos o Arquiteto Projetista, fomos ao Centro de Cultura de Alcains, ouvimos as pessoas, falámos com as pessoas e demos explicações às pessoas sobre esse assunto. Fizemo-lo, recentemente, na Carapalha, apresentamos os projetos e ouvimos as populações, dialogámos e incorporamos algumas das sugestões.

No fim-de-semana, passado, estivemos no Museu Francisco Tavares Proença Júnior a apresentar os dois projetos que resultaram do Concurso de Ideias para a requalificação das antigas piscinas. Portanto, Senhor Deputado, Armando Ramalho, não nos fale de incapacidade de ouvir as populações. Nós ouvimos as populações em momentos coletivos e ouvimos as populações todos os dias, aqui na Câmara Municipal, ou lá fora, em contacto, com a população.

Relativamente, aos bebedouros, ainda não inaugurámos, mas vamos fazê-lo, esteja descansado que vamos fazer.

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcains, fez aqui uma excelente intervenção sobre Alcains e aquilo que está a acontecer em Alcains e queria complementar, ou ir ao encontro das palavras da Senhora Presidente para falar, efetivamente, de Alcains.

Em agosto de 2021, abate-se sobre Castelo Branco e sobre Alcains uma tragédia, a Fábrica de Confeções Dielmar, entra em insolvência. Foi um dia triste para Castelo Branco e para Alcains e foi, tenho a certeza, absoluta, que foi um dia de grande desespero para muitas das famílias que tinham o seu ganha-pão em Alcains.

Não propusemos, como alguém, com muitas responsabilidades, nessa altura, fez, a distribuição dos trabalhadores por outras unidades. Não dissemos que íamos fazer um centro de moda para formar ou requalificar aqueles que tinham ficado sem emprego. Aquilo que fizemos, foi arregaçar as mangas, liguei para o Senhor primeiro-ministro e para o Senhor Ministro da Economia e dizer-lhes que precisávamos de ajuda. Precisávamos de ajuda do Governo para resolver um problema económico, mas, principalmente, um problema social e foi com base, nesta relação, de proximidade, mas também de interesse, entre o Governo e a Autarquia que, felizmente, pudemos reabrir a Dielmar que, hoje, continua a levar longe, o nome de Alcains e continua a dar trabalho às pessoas de Alcains e das aldeias próximas de Alcains.

Ontem, também com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Alcains, visitámos as instalações da nova loja do Lidl. Tínhamos, também estado, recentemente, uns dias antes do Natal, na inauguração da Loja Bom dia, dois investimentos que valorizam Alcains, que trazem mais trabalhadores, que dão emprego a mais pessoas e que contribuem também para aquilo que é a autoestima dos alcainenses e refletem o dinamismo da vila de Alcains.

Eu tenho que deixar aqui uma nota ao extraordinário trabalho do Executivo da Junta de Freguesia de Alcains, pela proximidade, incentivo e resolução de problemas e deve-se muito, como dizia, ao trabalho da Junta de Freguesia e também do Executivo Municipal.

E, queria aproveitar, também, mais uma vez, porque, ontem, isso foi dito, publicamente, durante a nossa presença, a forma como o Município, nomeadamente o Engenheiro Pedro Dias, o Engenheiro Luís Resende e os Técnicos da Divisão de Obras, encontraram soluções para os problemas que foram surgindo na aprovação deste projeto e isto é, sem dúvida alguma, o reflexo do trabalho que temos estado a fazer.

Centro Saúde, em Alcains, 200 mil euros para fazer a requalificação do atual Centro de Saúde. 200 mil euros que não resolviam problema nenhum, serviriam para um elevador do rés- do-chão para o primeiro piso e tentar resolver alguns problemas de infiltração. 200 mil euros atribuídos, poucos dias, antes das eleições. Mas, não nos conformamos com esta intervenção e dissemos, também antes das eleições que propúnhamos para Alcains, um novo Centro de Saúde e lá está em construção e está previsto abrir até ao Verão, mas não sabemos se temos condições para isso, porque não depende de nós. Neste momento, depende de quem está a executar o projeto e das muitas condicionantes que estão relacionadas com a execução de obras, neste momento.

Alguém, há pouco, falava já não sei quem, que “passamos pelas obras e vimos poucos trabalhadores”. É verdade. Em algumas obras, vimos poucos trabalhadores, parece que quem ouve estas intervenções, que é o Presidente da Câmara que diz aos empresários “tira daí os trabalhadores” que só quero meter taipais, não é? Até parece que o Presidente da Câmara, vai dizer aos empresários olha, “tirem os trabalhadores que só lá quero os taipais e não quero que a obra se faça”. Falta de experiência executiva, ou então, falta de bom senso ou falta de outra coisa que não vou aqui dizer.

Ainda, relativamente, a Alcains, a Oviger, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia já aqui referiu quantos anos de lamentos e de inconformidade, em Alcains, quantos meios e quantas cartas do Senhor Engenheiro Peralta para a Câmara Municipal por causa do problema da Oviger. E, fomos nós, caro Miguel Barroso, que resolvemos este problema. Fomos nós e a Senhora Administradora dos Serviços Municipalizados, que fizemos reuniões com as várias entidades e diversas vezes com os donos da empresa que está a explorar a Oviger e fomos nós que

encontrámos e executamos tudo aquilo que estava dentro da nossa competência. Ainda falta uma parte, porque também aqui, trabalhamos com os pés bem assentes no chão, de modo, a ter soluções em vez de ter problemas. Cumpre à empresa dar resposta a um conjunto de condicionantes e quando conseguir atingir, temos a certeza que a empresa está de boa fé e está a fazer o possível para o concretizar. Quando isso estiver concluído, a Oviger deixa de descarregar, definitivamente, na Ribeira da Líria e passa a encaminhar os seus afluentes de acordo com aquilo que é normal e aquilo que deve ser concretizado.

Ainda, em Alcains, na Rua Luís de Camões que era um beco. Era um beco e um impasse, adquirimos o terreno, fizemos o projeto e executamos a obra e nos últimos dias, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia, pediu para ter apenas um sentido, já lá estão os sinais e aquela rua passa a ter um sentido.

Também não posso deixar de falar sobre o Clube Desportivo de Alcains e a forma como aquilo que fazemos ao nível da atribuição dos apoios ao Clube Desportivo de Alcains, reflete a transparência e a equidade com que são atribuídos os apoios às associações.

O Clube Desportivo de Alcains, ficava sempre atrás do Benfica de Castelo Branco, estando no mesmo escalão de competição. Porquê? Não me pergunte. A realidade fala por si e os números falam também por si. Pela primeira vez, na época desportiva de 2025/2026, o Clube Desportivo de Alcains, tem exatamente as mesmas possibilidades que o Benfica de Castelo Branco, de acordo, com os critérios e com o número de equipas e de atletas. O Clube Desportivo de Alcains e o Benfica de Castelo Branco recebem o mesmo, ou seja, de acordo, com aquilo que é a dinâmica do clube e o número de atletas desse mesmo clube. Ou seja, estamos a tratar Alcains e o Clube Desportivo de Alcains, de acordo, com aquilo que é o seu posicionamento nos escalões da competição e não, de acordo, com a sua localização no território e no Concelho. E, isto, vai ao encontro das palavras da Senhora Presidente da Junta de Freguesia, quando referia, e muito bem, que Alcains era olhada como um outro espaço do território e não olhada da mesma forma que Castelo Branco.

Daniel Almeida, requalificação da Carapalha, efetivamente, é uma requalificação de grande dimensão, é uma requalificação que vai resolver vários problemas.

Neste momento, ainda estamos a discutir a questão da Avenida da Carapalha e da solução para o separador, é uma dúvida que a Senhora Engenheira Sónia Mexia tem colocado. Vamos tentar encontrar uma solução que nos permita resolver com segurança esse aspeto, sendo que esta requalificação é apenas uma das muitas requalificações e extremamente importante também para aquele bairro da cidade.

Senhor Deputado, Francisco Pombo Lopes, da sua intervenção, na qual, me revejo, retiro uma frase com a qual concordo inteiramente, “a obra não é, de facto, uma sopa instantânea”, mas é e agora acrescento, Senhor Deputado, “uma sopa saborosa e corresponde àquilo que é a dieta mediterrânica”. Ou seja, estamos a fazer obra que traz bem-estar, estamos a fazer obra que resolve o problema das pessoas e estamos a fazer obra que é do presente, mas será também do futuro. Ou seja, estamos a dar um novo impulso a Castelo Branco

### **Pedro João Martins Serra (Presidente da Junta de Freguesia de Louriçal do Campo)**

Senhor Presidente, continuo sem resposta àquilo que lhe perguntei.

Portanto, se queria dar uma resposta, não deu.

O projeto das acácias, como é que está?

Porque é que não respondeu ao ofício da Casa das Eirinhas?

Eu não vim aqui falar de uma estrada nova, mas da falta de manutenção daquela que é isso que o Senhor não me respondeu.

No programa eleitoral do Sempre-MI, em 2021, vinham as duas estradas e não vi isto no programa do PS.

### **Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)**

O Senhor Presidente da Câmara, perante esta Assembleia, na primeira sessão, comprometeu-se em promover um debate alargado sobre a problemática dos recursos hídricos do nosso Concelho.

Mais, ainda, referiu que não tomava qualquer decisão sobre esse assunto, enquanto não ouvisse a população de Castelo Branco.

Quando falei na incapacidade em ouvir a população de Castelo Branco, estava a referir-me a este assunto, em concreto.

Eu pergunto, quando é que foi, de facto, ouvida a população, em geral a população albicastrense relativa a este assunto?

### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

E, é precisamente isso, as interrogações que estão aqui a ser feitas. Eu próprio, desde o início, apelei para que todos pudéssemos discutir as questões dos recursos hídricos, e até agora, o silêncio desse lado, foi unânime.

O Senhor Presidente, sabe perfeitamente que o interpelei já várias vezes sobre esta discussão e nós, de uma forma regimental, podemos solicitar uma Assembleia Extraordinária para discutir este assunto.

### **Presidente da Câmara Municipal**

Senhor Deputado, Armando Ramalho, gostava que me dissesse agora sou eu que lhe faço uma pergunta. Se o Senhor concorda com o Regadio a Sul da Gardunha? Gostava de ouvir a sua opinião. Nunca o ouvi pronunciar-se sobre isso. Gostava de saber se concorda ou não concorda? Senhor Deputado, eu fiz uma questão muito clara.

### **Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)**

Não posso responder.

## **Presidente da Assembleia Municipal**

Senhor Presidente, não vamos, por favor, entrar em diálogo. O senhor Deputado, Armando Ramalho já respondeu, Senhor Presidente.

## **Presidente da Câmara**

Já que o Senhor não consegue assumir, perante os albicastrenses, aquilo que o Senhor pensa sobre este assunto e já lhe disse e já é público, também já o disse, hoje, aqui, outra vez. Eu sou contra o Regadio a Sul da Gardunha, porque isso prejudica Castelo Branco e prejudica os albicastrenses.

Já disse, o Senhor é que não deu a sua opinião, isto é uma questão retórica. O Senhor depois pode responder quando quiser, noutra altura. Eu já ouvi muitos albicastrenses. Todos os dias ouço os albicastrenses e ouvi muita gente sobre o Regadio a Sul da Gardunha e não encontrei ninguém que me tenha dito que estava de acordo com o Regadio a Sul da Gardunha, a não ser três Vereadores do Executivo Municipal. Quanto aos restantes, sempre ouvi dizer que não estavam de acordo com o Regadio a Sul da Gardunha e até há várias intervenções nos jornais.

O mandato tem quatro anos e até ao final do mandato teremos todas as discussões possíveis

## **Presidente da Assembleia Municipal**

Senhores Deputados, o Senhor Vereador, Luís Correia quer usar da palavra e só pode usar da palavra na defesa da honra. Eu considero que não houve ofensa nenhuma.

Lanço a questão à Assembleia, quem vota a favor que o Senhor Vereador, Luís Correia intervenha?

O que diz o Regimento é que os vereadores usam da palavra em duas situações, primeiro, por delegação do Senhor Presidente da Câmara, que não é o caso. Segundo, se houver ofensa da honra, acho que não houve ofensa da honra, mas sou apenas uma pessoa que tem uma função

dentro da Assembleia, por isso, dirijo-me à Assembleia e pergunto quem vota a favor que o Senhor Vereador Luís Correia, use da palavra.

**José Dias Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)**

Eu não estou em condições de votar e vou-lhe dizer porquê, a pergunta tem que ser feita é quem acha, nesta Assembleia, que a honra do Senhor Vereador foi ofendida.

**Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)**

Os ânimos estão um pouco inflamados.

Esta questão não é uma questão partidária, é uma questão regimental e necessitamos de algum tempo para analisar e tomar uma posição sobre esta questão, portanto, se nos puder dar algum tempo, agradeço.

**Presidente da Câmara**

Só queria afirmar que não tenho, absolutamente, nada contra, o facto, do Senhor Vereador, Luís Correia usar da palavra.

**Presidente da Assembleia Municipal**

Senhor Deputado António Fernandes, qual era a questão que queria colocar?

**António Augusto Fernandes (SEMPRE-MI)**

Senhor Presidente, quem de facto se pode pronunciar sobre a honra é o visado e não a Assembleia Municipal.

**Presidente da Assembleia Municipal**

Perante este aparente impasse, vamos fazer cinco minutos de intervalo.

Suspensão dos Trabalhos – 11.40 horas

Reinício dos Trabalhos – 11.57 horas

## **Presidente da Assembleia Municipal**

Vamos então recomeçar. Relativamente, ao assunto, que levou a esta intervenção, quero esclarecer o seguinte: o Presidente da Assembleia toma as decisões em função do que prescreve o Regimento e, portanto, a minha obrigação, enquanto, Presidente da Assembleia, é fazer cumprir o Regimento. O Regimento refere no seu artigo 34.º, Representação da Câmara Municipal - 1º. A Câmara Municipal é representada em todas as sessões da Assembleia pelo Presidente da Câmara. 2º. Os Vereadores têm o dever legal de assistir a todas as sessões da Assembleia, podendo intervir nos debates sem direito a voto com a anuência do Presidente da Câmara, ou do seu substituto legal, ou por solicitação do plenário. 3º. Os Vereadores podem ainda intervir no exercício e defesa da honra, sendo-lhes concedido o tempo regimental atribuído aos membros da Assembleia Municipal para esse efeito.

Portanto, significa, relativamente, à questão da defesa da honra, obviamente, isto é uma questão que diz respeito a cada uma das pessoas. Não somos todos iguais e é perfeitamente legítimo que haja por parte de alguém que se possa sentir ofendido e outra pessoa exatamente na mesma situação, ache que não houve ofensa nenhuma. O Senhor Vereador Luís Correia, acha que foi ofendido na sua honra. Eu acho que não. Portanto, perante isto, achei e por isso justifica decisão, de perguntar à Assembleia qual é a sua posição, relativamente, a isto?

Acho que é uma posição de humildade democrática colocar esta questão à consideração da Assembleia. Posteriormente, o Senhor Presidente da Câmara, referiu que não se opõe a que o Senhor Vereador Luís Correia, faça a sua intervenção em defesa da honra. E, nessa perspetiva, eu, como Presidente da Assembleia, em nome da Mesa, também não me oponho a isso, já que se inclui no artigo 34.º.

Portanto, Senhor Vereador, Luís Correia, tem a palavra para o efeito de três minutos.

## **Luís Manuel dos Santos Correia (Vereador do SEMPRE-MI)**

A razão da minha intervenção tem a ver só com um aspeto.

O Senhor Presidente já não é a primeira vez e com todo o respeito que aqui intervenho e me dirijo ao Senhor Presidente da Câmara, refere posições nossas, enquanto Vereadores da Câmara. E, quero, dizer aqui, que aquilo que foi afirmado, nesta Assembleia Municipal, relativamente, a uma posição dos Senhores Vereadores do SEMPRE-MI e, relativamente, a mim, fazendo crer que estamos em defesa do Regadio, quando nunca, em situação alguma, e até porque temos tido esse cuidado, tomámos qualquer posição de defesa do Regadio.

A única coisa que defendemos é que devíamos de ter informação, relativamente, a essa matéria que não consta. Apenas dizer-se aqui que pode faltar água, é preciso explicar porque é que poderá faltar a água porque só com essa informação é que se pode tomar uma posição. E em todas as vezes que intervimos sobre o tema do regadio, a nossa posição, é esclarecimento.

A nossa posição, porque é que falta água se houver regadio?

A nossa posição, é onde estão esses estudos? Quais estudos?

A nossa posição, é perguntar sempre, muitas vezes, em que Reunião de Câmara e, infelizmente, relativamente, a este tema, nunca tivemos respostas, inclusivamente, quando se afirma que diz que o regadio, só com Barragem do Barbaído e depois, ao mesmo tempo, diz que se vai fazer a Barragem do Barbaído, por exemplo.

Há uma grande pergunta que se faz e que já se fez, frequentemente, nas reuniões de Câmara, é se vai haver Barragem do Barbaído. Então porque é que não se faz o Regadio, agora? Temos consciência que não podemos tomar uma posição, sem estudar o assunto, como deve ser e, portanto, dizer que temos uma posição, e dizer que estamos a defender, não é verdade. Não corresponde a nenhuma posição que tivemos. Obrigado.

**Presidente da Câmara**

As tomadas de posição de cada um, felizmente, são públicas, estão expressas e as tomadas de posição do Senhor Vereador do SEMPRE-MI também é pública e está expressa.

Há uma coisa que tenho a certeza absoluta que toda a gente sabe, é que não foi, o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, Leopoldo Rodrigues, que abriu a porta para termos um projeto de Regadio, em Castelo Branco, que ponha em causa o futuro e a sustentabilidade deste Concelho.

### **Armando Lopes Ramalho (SEMPRE-MI)**

Senhor Presidente, até sou a favor da discussão. Da discussão, normalmente, é que sai a luz e é importante que haja participação na discussão. No entanto, é importante e como o Senhor Presidente, bem diz, e se esforça, por esse sentido, estou convicto que assim o faz, manter as regras regimentais do nosso Regulamento da Assembleia. E é exatamente sobre um pedido sobre o rever esse Regulamento, porque todos nos pautamos pelas nossas intervenções, nesta Assembleia, face aos tempos que temos disponíveis.

Ora, ficou muito claro para todos, gostamos muito de ouvir o Senhor Presidente, mas gostávamos que ele fosse mais conciso. Acontece que o Senhor Presidente tem um tempo que é ilimitado, enquanto nos cingimos ao nosso período de discussão, ou o tempo que temos disponível.

O Senhor Presidente, hoje, por exemplo e é usual nas Assembleias que temos tido, chega a triplicar o tempo que tem disponível. Posto isto, entendo que as regras do jogo devem ser claras para todos.

Eu peço à Comissão Permanente da Assembleia Municipal que vá verificar o que é feito nos outros Regulamentos, das outras Assembleias Municipais ou que decida por si, mas que faça isso porque é importante. Porque se não, permita-me e utilizando a linguagem futebolística do senhor Presidente da Câmara, Alcains nunca pode ganhar à Taberna Seca.

## **Presidente da Assembleia Municipal**

Obrigado, Senhor Deputado. Só lhe quero dizer que relativamente a isso, o que o Regimento refere é que é o Presidente da Assembleia Municipal que tem a prerrogativa de dar o tempo que entender, se justificar, em termos, de interesse municipal, a resposta que o Presidente da Câmara dá.

Quero ainda lhe dizer mais o seguinte : Provavelmente, neste Concelho, não haverá alguém com tanto tempo de desempenho autárquico como eu. Eu já sou autarca, desde 1993, há 32 anos, posso-lhe dizer que assisti a centenas de Assembleias Municipais e nunca vi, nunca presenciei ter sido retirada a palavra ao Presidente da Câmara, quando está a responder aos Senhores Deputados. Porque o Senhor Presidente, quando está a fazer intervenções, está a responder aos Senhores Deputados. Pode desviar-se? Pode. Tem esse direito? Na minha opinião, tem esse direito. E, portanto, nesta perspetiva, também lhe digo, eu quero, e fiz uma jura a mim, mesmo, que teria aqui uma posição de equilíbrio, de bom senso e de respeito por todos. E tenho tentado fazer isso. E, portanto, muitas vezes, as posições que tomo, podem ser consideradas subjetivas, obviamente, como ainda há bocado aconteceu. Achei pertinente que devia colocar essa questão à consideração da Assembleia.

Eu considero que posso falhar e posso ter uma apreciação diferente das coisas, mas o plenário tem sempre uma palavra acerca das posições que o Presidente e a Mesa têm.

Quanto à sua proposta, quero dizer que não tenho nada a opor, podemos perfeitamente, proceder a uma revisão do regimento. Embora estejamos há três ou quatro sessões do final do mandato, mas, se é para aperfeiçoar, que se aperfeiçoe.

Quero-lhe dizer que não concordo com o facto de se limitar a intervenção do Presidente da Câmara, relativamente, à resposta às intervenções dos senhores deputados, porque está a prestar contas aos Deputados Municipais e está a prestar contas aos nossos munícipes e eleitores.

Há sítio melhor para dar respostas, que a Assembleia Municipal, onde estão representadas todas as forças políticas do nosso Concelho com base nas eleições autárquicas. É aqui que o deve fazer. E, portanto, até agora, sempre achei, pertinentes as respostas do Presidente da Câmara.

Se o Senhor Deputado não gosta, paciência. Eu também já estive na oposição e também havia coisas que não gostava.

## **II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **Ponto 1 - Apreciar uma informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal e situação financeira do Município.**

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 27/02/2025

Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal

(alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 35.º do RAMCB)

a) e b) Atividades desenvolvidas pelas associações, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, bem como nas empresas municipais ou outras entidades em que o Município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, e os resultados disponíveis de natureza económica financeira: têm-se pautado pela normalidade, nada havendo a registar. Os relatórios de atividades e contas têm vindo a ser oportunamente remetidos, nos termos da lei, aos órgãos municipais.

c) Situação financeira em 18/02/2025:

i) Saldo de Operações Orçamentais - €36.603.527,77

ii) Saldo de Operações Não Orçamentais - €3.745,56€

iii) Valor em dívida em 18/02/2025 - €859.791,94

iv) Outros:

- CMCB - Ver anexo I.

- SMCB - Ver anexo II.

d) Reclamações: Nada a assinalar.

e) Recursos hierárquicos - Nada a assinalar.

f) Processos judiciais em curso/ fase processual atual - Ver anexo III.

## **Presidente da Câmara Municipal**

Como o Senhor Presidente da Assembleia, já referiu, enviamos a síntese da atividade municipal, desde a última Assembleia, portanto, estarei disponível para responder às questões que entendam, por bem, colocar. Mas, ainda assim, queria trazer aqui um assunto que já há pouco me referi, mas que queria recordar e pedia ao Alexandre se fazia favor de colocar as imagens.

O filme que apresentámos reflete o estado em que se encontram as piscinas municipais, as antigas piscinas municipais. O seu encerramento é conhecido e as razões que levaram ao mesmo também.

Na altura, os tanques estavam com ruturas insustentáveis. Chegou uma fase em que os autotanques estavam a trabalhar, em permanência, porque a água não se segurava lá. E, depois, quando o Senhor Comendador Joaquim Mourão, tomou posse, passado, algum tempo, começou-se a desenvolver o projeto com a assinatura do Arquiteto Marçal Grilo para as novas piscinas e com essa ação e também com aquilo que estava aqui, em causa, estas piscinas foram desativadas.

Quando começámos a olhar para isto, a primeira coisa que pensámos, até porque tivemos conversas com várias pessoas, nesse sentido, e foi-nos solicitado por várias pessoas ligadas à natação, é que seria interessante termos em Castelo Branco uma piscina olímpica, só que o tanque não era exatamente um tanque olímpico, faltavam-lhe ali alguns centímetros. Mas, foi colocada essa questão.

Perante essa possibilidade, fomos procurar aquilo que tinham sido as causas da situação em que a piscina se encontrava e que tipo de intervenção é que se poderia fazer, e mandámos os serviços da Câmara fazer um estudo geotécnico para perceber de que forma é que se podia intervir. E esse estudo foi muito claro e muito elucidativo para, eventualmente, termos a piscina sem risco de voltar a fazer fissuras e voltar ao estado em que se encontra agora, teria que ser feita uma intervenção que custaria muitos milhões de euros e, naturalmente, acrescenta-se a isso tudo, o resto.

Para além disso, havia depois, o facto, de já termos uma piscina que funciona bem, embora não tenha 50 metros, tem 25 metros, mas que funciona bem na prática da natação. E também não poderíamos estar a requalificar uma piscina para ser utilizada durante três meses ou pelo menos a gastar tanto dinheiro, custos tão grandes associados. E, foi por essa razão, que lançámos um Concurso de Ideias. Este é apenas um Concurso de Ideias e queria deixar esta situação, bem clara, porque os projetos apresentados, não vinculam o Concelho, nem a Câmara Municipal a executar esse mesmo projeto.

Aquilo que a Ordem dos Arquitetos da Região Centro nos propôs e seguimos, nesse sentido, foi lançar um Concurso de Ideias, prévio, livre e aberto, em que todas as ideias podiam aqui surgir para que depois se pudessem identificar algumas linhas de intervenção a seguir. E é isso que vai acontecer, fazemos um programa e, aí sim, um programa que levará depois ao desenvolvimento de um projeto de execução.

Fizemos a apresentação e a discussão destas duas ideias apresentadas, no passado, fim-de-semana, no Museu Francisco Tavares Proença Júnior.

Quero deixar aqui uma palavra de agradecimento à Direção da Ordem dos Arquitetos da Região Centro ou da Delegação do Centro pelo trabalho que tem vindo a fazer em parceria com a Câmara Municipal e também pela presença, no sábado, passado, no Museu Francisco Tavares Proença Júnior. Concorreram dois Gabinetes de Arquitetura de Castelo Branco. Os projetos foram apresentados pela Alexandra e pelo e pelo Vítor Mingacho e propõem aquilo que vocês aqui podem observar. Portanto, eles entendem, e foi assim que foi explicado pelos próprios que as antigas Piscinas de Castelo Branco se podem afirmar ou afigurar como uma porta de entrada para a cidade e, portanto, depois uma distribuição de equipamentos, de acordo, com aquilo que ali está refletido nesta imagem.

Este foi o projeto que apresentaram, onde, incluem a construção de um parque de estacionamento subterrâneo, logo na primeira linha da imagem. Um espaço para estacionamento exterior de autocarros e depois vários equipamentos que se estendem, desde o espaço dos tanques até à área que atualmente é usado para estacionamento e aproveitar o tanque de saltos para o miradouro, construir uma outra torre mais em cima, também com a função de miradouro.

A ideia desta equipa é fazer a requalificação do restaurante, portanto, voltar a ter atividade.

O outro projeto foi apresentado pelo Nelson Valente e pela Inês, também dois Arquitetos de Castelo Branco que propõem uma coisa diferente da primeira proposta que vimos. Este propõe a requalificação do espaço, onde, atualmente, estavam os balneários e os vestiários e, portanto, direcionar esse espaço para um Fablab ligado à área económica. Na primeira linha, aquilo que propõem é que possa ser um miradouro e ao mesmo tempo um enquadramento para um anfiteatro e depois manter também o restaurante e a torre dos saltos como miradouro.

Houve, portanto, a apresentação dos projetos, tivemos muitos Arquitetos e Gabinetes de Arquitetura a participar nesta apresentação. Foram apresentadas algumas propostas, houve por exemplo, quem dissesse que não concordava, em absoluto, com a primeira proposta.

Quero realçar que não estamos a falar de uma ideia que vai ser transposta para um projeto, estamos a falar de contributos e do início da discussão.

Obviamente, que esta discussão ainda não está encerrada e é também uma das razões pelas quais, trago, hoje, aqui para a apresentação.

Esta é uma intervenção de grande dimensão que tem um impacto muito grande naquilo que é a memória e a identidade de Castelo Branco e também aquilo que será o futuro daquele espaço. É por essa razão que trazemos aqui, também, para que todos tenham conhecimento e para, se assim, o entenderem, poderei, eventualmente, apresentar algumas propostas, sendo que reitero, este não é um assunto fechado, antes pelo contrário, é um assunto que está em discussão e estará em discussão, ainda, durante bastante tempo.

### **Ana Cristina Marques Lourenço (SEMPRE-MI)**

Senhor Presidente, relativamente, à questão da Síntese das Atividades do Município de dezembro de 2024 a janeiro de 2025, é um documento com 243 páginas que nos enviou para análise, anteontem. Reflete, como diz no seu prefácio, as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo Município de Castelo Branco, em diferentes áreas. A nossa interpretação de atividades relevantes e também de relatórios é um bocadinho diferente, mas vamos avançar.

Quanto à questão das atividades, nós, no Sempre-MI, sentimos que a escassos meses do término do seu mandato e passados mais de três anos e meio de mandato. Gostaríamos de saber, se, de uma forma concreta, como estão os projetos prometidos durante a campanha eleitoral de 2021.

Pois no mandato e num ano que se diz ser de concretização, não vimos neste, nem nos restantes relatórios da atividade municipal, que refletem as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo Município de Castelo Branco, nas diferentes áreas.

Nas vinte e seis Assembleias Municipais, nas quais estivemos presentes, desde o início, do seu mandato e que pretendemos saber, confesso que tínhamos uma lista um bocadinho extensa, mas o Senhor Deputado, Miguel Barroso, fez o favor de enumerar algumas. Mas não se preocupem que ainda temos aqui bastantes para falar.

Gostaríamos de saber, como é que está a questão da piscina e dos bungalows do Parque de Campismo?

Como é que está a concretização da requalificação da Residência de Estudantes Calouste Gulbenkian?

Como é que está a questão da Ecopista, Cebolais/Alcains?

Como é que está a questão da implementação da rede 5G em todo o Concelho?

E quem constitui o Gabinete Técnico Multidisciplinar de Apoio à Recuperação da Zona Histórica?

Onde está a Cidade das Artes e da Ciência?

Onde está o Festival de Teatro Infantil que iria afirmar Castelo Branco como uma cidade amiga da criança?

Onde está o Centro de Medicina de Reabilitação?

Senhor Presidente, podíamos continuar esta infindável lista de promessas, efetuadas, por si, a todos os albicastrenses e para que não hajam dúvidas sobre citações e também, sejamos claros, que estas promessas foram retiradas para além do manifesto eleitoral. Foram entrevistas sucessivas e eleitoralistas em Órgãos de Comunicação Social, da cidade, mais, concretamente, de

um jornal datado de 22 de setembro de 2021, com o título: Leopoldo Rodrigues destaca um conjunto de ideias e compromissos que têm sustentação económica.

Perguntamos se tem e se tinham sustentação económica, porque razão não foram concretizados?

Se não há capacidade para tantas obras ao mesmo tempo, como disse, agora aqui nesta Assembleia Municipal, não tinha prometido, ou então, apenas demonstra que não tem capacidade de gestão e de planeamento porque se não, neste momento, estaríamos em inaugurações e não em obras ou projetos, como apresentou agora, aqui também.

As varinhas mágicas não existem. Portanto, a solução será planear, Castelo Branco é um Município Capital de Distrito, merecia mais dinamismo, mais proatividade, mais competitividade, mais ação e mais compromisso com o futuro das ações e das gerações que existem, neste momento, e também das futuras.

Leva-nos, essencialmente, a crer que, neste momento, estamos a ver projetos.

Leva-nos também a crer que os albicastrenses se soubessem que, neste momento, a escassos meses do término do seu mandato, estariam apenas a ver projetos e obras, porque o Senhor Deputado Francisco Pombo Lopes, vê obras, mas, há muita gente que vê, efetivamente, caos, porque não sabemos para que lado é que nos havemos de virar. Estou a dizer que uns veem uma coisa, outros veem outra.

Senhor Deputado, na realidade sabemos que há muitas pessoas que veem muitas obras pela cidade, que não sabem para que lado é que se pode virar, que todos os dias há uma rua que está cortada. Já sei que vão perguntar então à obra, mas não à obra. Mas, na realidade, neste momento, depois de 3 anos e meio e 38 meses de mandato e a escassos meses do término do mandato, deveríamos estar a falar de inaugurações e não de projetos ou de obras.

Neste momento, parece-nos importante falar sobre esta questão neste ponto da atividade municipal.

**Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras)**

O tema que me traz, hoje, tem a ver com a atividade da Câmara Municipal e com um sentimento de indignação e tristeza, não apenas para mim, que represento a Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, mas também pela população da nossa Freguesia que têm o direito de ser tratados com respeito e com justiça, independentemente das cores partidárias de cada um.

A Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras atuou sempre de forma institucional e com total respeito pela instituição, Câmara Municipal e Presidente da Câmara Municipal.

Tenho presenciado, com grande frustração e incredulidade, que em diversas ocasiões, o Senhor Presidente da Câmara tem demonstrado uma atitude discriminatória e excludente em relação às freguesias que são lideradas pelo Sempre-Movimento Independente e, de modo particular, a Freguesia de Santo André das Tojeiras.

Passo a referir cinco aspetos que demonstram a atitude discriminatória, em relação, às pessoas da Freguesia de Santo André das Tojeiras.

Primeiro, por várias solicitações de uma Associação Local, o Senhor Presidente da Câmara lá se dignou a enviar um conjunto de funcionários do Município para efetuarem o levantamento de potenciais trabalhos a realizar na sede da coletividade. Até aqui tudo certo. O Senhor Presidente da Câmara, não informa a Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras e para acompanhar os funcionários do Município, envia um membro da Junta de Freguesia de Castelo Branco. Sim, um membro da Junta de Freguesia de Castelo Branco e militante do Partido Socialista. Esta atitude não só é injusta, como vai contra o princípio da igualdade e da boa gestão pública.

Senhor Presidente, assim, não se está a trabalhar para todos os albicastrenses, mas, sim, a excluir alguns, só porque escolheram alguém para os representar que não é da mesma cor partidária do Presidente da Câmara.

Segundo, durante a visita, foi solicitada a entrega de alguns documentos, o que é perfeitamente normal. O que não é normal é terem dado indicações para entregar os documentos na Junta de Freguesia de Castelo Branco ao cuidado do membro daquela Junta que acompanhou os funcionários do Município.

Terceiro, e porque não há duas sem três, no passado dia 15, do corrente mês, por ocasião de um almoço comemorativo na sede da mesma Associação, o Senhor Presidente da Câmara mandou pelo seu adjunto de gabinete uma mensagem para os responsáveis da Associação, a qual, foi dita publicamente no período das intervenções, a mensagem do Senhor Presidente, foi a seguinte: “Para que a Câmara possa apoiar a obra nesta Associação, é necessário que o espaço esteja em nome da Associação”. Pois bem, o espaço pertence à Junta de Freguesia, existe uma cedência à Associação e foi com base nestes documentos que a CCDRC, há uns anos atrás, financiou o projeto de Sede da coletividade à Associação. Se para a CCDRC este procedimento foi tido como correto porque não o é para a Câmara Municipal?

Quarto, Senhor Presidente, já afirmou várias vezes que o funcionamento da destilaria está para breve, inclusivamente, já foi aprovado no Executivo Camarário o preçário a cobrar aos potenciais clientes. Espero que ao fim destes quatro anos de espera, não seja pelas mesmas razões que referi no ponto anterior.

Quinto, no dia 4 de novembro de 2023, em frente ao edifício da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, o Senhor Presidente, disse aos elementos do seu gabinete para marcarem uma reunião com a Junta de Freguesia para visitar a Freguesia e perceber os reais problemas da população. Houve vários contactos com os elementos do Gabinete do Presidente, mas, a visita ainda não aconteceu porque ainda não a marcaram. Não se trata de competência, de mérito ou de

capacidade, trata-se unicamente de uma estratégia política, onde a cor partidária parece ser mais importante do que as necessidades reais da população.

Com esta atitude, o Presidente da Câmara, não só desrespeita as nossas Juntas, como também enfraquece o trabalho de todos aqueles que, independentemente, das suas cores partidárias, trabalham diariamente para melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Lutar com o objetivo de promover a coesão territorial não é discriminar Municípios.

Lutar pela coesão territorial é tratar todos os Municípios de igual forma e promover estratégias de desenvolvimento em todo o território, sem qualquer exclusão.

### **Adelina Maria Machado Martins (PSD/CDS/PPM)**

Estamos já no final do mês de fevereiro e também quase no final de um ciclo governativo autárquico, uma vez que, como todos sabemos, até final do ano, vamos ter novas eleições, neste contexto, os eleitos da coligação PSD/CDS-PP/PPM, na análise da documentação que nos foi enviada relacionada com a atividade municipal, tivemos algumas dúvidas para as quais, solicitamos ao Senhor Presidente, o competente esclarecimento.

Começo por reconhecer a importância de se encontrarem formas alternativas de escoar bem os produtos de qualidade da nossa região. E eu acentuei-o bem, porque acho que isso é muito importante. Considerando que em 17 de dezembro, último, foi adjudicada uma prestação de serviços no valor de 74.850 € para uma estratégia de desenvolvimento do comércio local, “bairros comerciais” e que aproximadamente um mês depois, foi adjudicada uma prestação de serviços no valor de 74.000,00 €. Portanto, somado, temos aqui aproximadamente, 150.000,00 € para a conceção de uma plataforma, “Marketplace - para promoção e comercialização dos produtos provenientes do comércio local, de suporte à estratégia para o comércio local do Município de Castelo Branco”. E acabo a citação. É do senso comum que a designação Marketplace, se aplica a uma plataforma de vendas online que não faz mais que ser praticamente um centro comercial de

vendas online, com várias lojas, que concentra várias lojas no mesmo local e que exige a quem vende alguma dimensão e organização. Porque cada um, é responsável não apenas pela venda, mas também por acompanhar essa mesma venda em termos logísticos.

Face ao exposto, o que pergunto ao Senhor Presidente é o seguinte: a prestação de serviços decorre já da estratégia dos bairros comerciais? Foram ouvidos os potenciais interessados? Ao falarmos do comércio local, estamos a considerar o sector primário?

Nunca é demais, lembrar que estamos num território eminentemente agrícola, com enorme capacidade para a produção agrícola de qualidade diferenciada, de que são, exemplos, o nosso azeite, denominação de origem protegida, a nossa azeitona galega como indicação geográfica, o nosso queijo de denominação de origem protegida.

Concluindo, quem irão ser os beneficiários desta plataforma de Marketplace?

E, já agora, trata-se de uma iniciativa cofinanciada pelo PRR, ou estas iniciativas são apenas da nossa responsabilidade?

E, relembro que estamos quase no final e, portanto, tudo isto demora algum tempo a implementar e não vemos quem são os pequenos comerciantes que realmente vão ter condições para estar em Marketplace.

Para estar numa plataforma, sim. Para estar numa plataforma que designe os nossos produtos, nomeadamente, que aproveite a marca que está registada da Beira Baixa, sim.

Agora, Marketplace, devo confessar que tenho sérias dúvidas. Muito obrigada.

**Carla Sofia Massano Lopes de Carvalho (PS)**

Queria dirigir-me aqui ao Senhor Presidente da Câmara e agradecer-lhe por ter partilhado connosco as imagens do Concurso de Ideias para a requalificação das antigas piscinas. Estamos a

falar de um projeto para a requalificação de uma zona da cidade que está há mais de 20 anos para ser devidamente valorizada.

Também sabemos que está a decorrer o Concurso de Ideias para o projeto de requalificação do Vale, junto à Rotunda da Europa, outro projeto para a requalificação nesta zona da cidade.

No caso do Vale da Europa, parece que este espaço vai ser finalmente aproveitado e, no caso das antigas piscinas, vai ser finalmente recuperada e devolvida à cidade.

São dois projetos estruturantes, em duas zonas da cidade que careciam desta valorização há décadas e é agora que finalmente, este trabalho está a ser feito. E, não estamos a falar de pequenas obras, ou de obras de conservação e manutenção, estamos a falar de mudanças estruturais que vão mudar não só as zonas a intervencionar, mas também a dinâmica da cidade.

A este propósito, também queria dizer que estratégia é isto Senhores Deputados.

Trabalhar com afinco durante o tempo necessário para se mudar para melhor a cidade, de forma estrutural, de forma consciente, ouvindo os Municípes. Aliás, como o Senhor Presidente da Câmara, já hoje, aqui, referiu de uma forma inteligente e com visão de futuro.

Não basta dizer que é preciso estratégia, como durante anos dos mandatos anteriores, se fez. É preciso preparar a estratégia, definir as apostas, apresentar os projetos e pô-los em andamento. É por isso que estes dois Concursos de Ideias, materializam a concretização deste trabalho e desta estratégia.

Por último, queria dizer, o seguinte, num mandato difícil, não o escondemos, sem maioria no Executivo, sem o mais elementar manual de boas práticas democráticas na passagem de pasta entre o Executivo, anterior e este. Aliás, como diz o meu colega José Pires, este Presidente não teve um único dia de graça, neste mandato. Não teve. Não teve um único dia sem o dedo apontado. Em vez da crítica legítima da oposição, teve o ataque, que é uma coisa diferente entre a crítica e

o ataque rasteiro, movido pela sede de vingança contra um partido que deu mais a muitos do que aquilo que recebeu.

E, por isso, Senhor Presidente, queria colocar aqui uma questão para finalizar, que é, nestas condições, como é que conseguiu fazer mais em quatro anos do que nos mandatos anteriores? Foram dois mandatos anteriores.

### **José Dias Pires (Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco)**

Eu queria, a propósito deste exaustivo documento de informação da Atividade Municipal, começar, em primeiro lugar, esclarecer aquilo que considero uma calúnia levantada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras.

Aquela pessoa a quem se refere como elemento da Junta de Freguesia de Castelo Branco, que acompanhou alguém numa visita, ao seu território, em momento algum, alguma vez chegou à Junta de Freguesia um pedido para que algum dos seus elementos acompanhasse funcionários ou outras pessoas do Município indicadas no seu território. Mais, ainda, o Senhor ignorou que essa pessoa a quem se refere, foi Presidente da Junta de Freguesia, com o qual o Senhor trabalhou e que foi ele que indicou a sua pessoa para poder ser o candidato que lhe sucedeu na Freguesia de Santo André das Tojeiras.

Na política não vale tudo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia.

Em relação a este documento exaustivo, quero dizer, Senhor Presidente da Câmara Municipal e quero dizer ao Executivo da Câmara Municipal que consigo perceber, venho percebendo ao longo destes anos, que há, de facto, é importante que todos percebamos aqueles que já tiveram ou têm hoje, responsabilidades administrativas, quer no poder autárquico, quer no poder institucional ou organizacional da nossa comunidade, alguma consciência do que é o desenho estratégico, do que é a estratégia. Eu olho para este documento e consigo perceber o desempenho estratégico da Câmara Municipal e do Executivo Municipal de Castelo Branco.

Em primeiro lugar, que não há etapas no planeamento estratégico que não passem por três elementos essenciais.

Em primeiro lugar, os espaços de implementação, organização e conhecimento.

Em segundo lugar, os tempos de execução.

E, em terceiro lugar, os contratempos organizacionais.

E, nós conseguimos perceber, ao longo destes três anos, exatamente, estas três dimensões os espaços, os tempos e os contratempos. Mas, é importante percebermos também todos, de uma vez por todas e para acabarmos com esta discussão tonta de que não há estratégia, as estratégias podem é ser diferentes, podem é ser diferenciadas. Mas, é importante perceber se houve ou se há ou não, neste desenho de execução municipal e trabalho municipal, uma construção de premissas ou fundamentos que é a primeira etapa do desenho estratégico. Se há ou não, ou se houve ou não, a necessidade de fazer uma leitura da organização, uma mobilização das lideranças, a definição de missão e valores e o diagnóstico organizacional. E nós olhamos para este relatório e conseguimos encontrar estas quatro dimensões.

Mas, depois ainda, se foram ou não necessários espaços tempos e suplantar os contratempos para as grandes escolhas que permitam uma visão do caminho a percorrer. Os objetivos estratégicos e também o mapa do desenho estratégico.

Depois, ainda a terceira etapa, foi ou não foi cumprida a etapa da elaboração de um plano estratégico? Construir indicadores de gestão? Nós conseguimos encontrar neste relatório de atividades, essa construção. Mais, foi ou não procurada a ideia? Onde está a eficiência? Onde está a eficácia e onde está a efetivação?

Mais ainda, depois chegar à quarta etapa, implementar e monitorizar o plano estratégico.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados Municipais, reparem, se atribuirmos a cada uma destas quatro etapas um mínimo de

quatro meses para a sua concretização, só para chegar à quarta etapa e à sua concretização, seriam precisos 16 meses. Mas, a pergunta é esta, seriam precisos 16 meses, se não acontecesse aquilo que determina e duas perguntas ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Se não acontecesse o que aconteceu a este Executivo, que é isto, em termos, de informação sobre projetos, programas, compromissos, responsabilidades, qual foi a informação documental dos computadores daqueles que tiveram responsabilidades na Vereação, anterior? Que informação lá ficou? Eu gostava que me dissesse quantos? Quantos valores ficaram para além dos zero bits?

Segunda pergunta, os dossiês sobre projetos, programas, compromissos e responsabilidades do anterior Executivo Municipal, foram passados de um conjunto enorme e alargado de dossiês, onde todos eles foram entregues e resumidos numa folha A4.

### **Ernesto Candeias Martins (MPT)**

Vem aqui a este órgão, a informação sobre a atividade de dezembro a janeiro. E é sobre isso que merecemos, por parte, dos Deputados e Presidentes das Uniões e Juntas de Freguesia, a apreciação e a análise daquilo que foi realmente feito.

Também antes de seguir, no raciocínio do Professor José Pires... e esteja tranquilo, Senhor Deputado, Miguel Barroso que não estou vendido e nem tenho nem tenho um casamento com o PS. Eu sou cidadão e falo pela consciência. Sou a consciência da voz da cidadania.

Estava a dizer que esta atividade tem aqui algumas indicações em que tudo aquilo que podemos dizer, *o lei motiv*, quer dizer a ação desta palavra e não é de um, que diz assim, atividade em concurso público, quer dizer que vai demorar, em ajuste direto, atividade com ajuste, mas com critérios e é com esses procedimentos que depois pode ser diretamente, logo executado ou não, que temos, efetivamente, de analisar porque se está em concurso público, o que é que vamos dizer?

Olhe Senhor Presidente, já aqui foi dito. O Senhor devia ter antecipado. Não tem com certeza aquela varinha mágica que desejaríamos. Eu até fui o primeiro aqui a dizer, aliás, já disse tantas coisas que a oposição, até tem se servido delas e bem, em prol, dos albicastrenses que o Senhor Presidente é um caracol, já lhe disse, com todo o meu respeito que isto vai lento. Eu vejo que o caracol vai sustentável, vai fazendo, mas queremos mais e melhor.

Mas, relembro, os Senhores para fazerem a análise, é que a estrutura deste edil Câmara, tem gabinetes, que depois têm os Departamentos e ainda acrescentámos a Albigeç e o CATAA.

Quer dizer, é sobre isso que vamos ver, o que é que fizeram durante estes meses.

Então, Senhor Presidente, esta é realidade de gabinetes. Se gostamos ou não, é decisão dele? E é aquele que lhe dá apoio? Não temos e não podemos discordar. Eu próprio também discordo nalguns aspetos, mas sobre a atividade dos Departamentos. Vê-se aqui que há Departamentos muito mais ativos pela consequência daquilo que é a tipologia das próprias obras e há outros menos.

Eu, por exemplo, gostaria aqui mais de atividade e não leve a mal, Senhora Vereadora da Educação, Cultura e o Desporto, quer dizer de uma forma equilibrada, porque diz lá, educação, cultura e desporto, não é termos lá muitas coisas de uma coisa e de outra. Eu gostaria e poderia aqui dizer porque é que não há mais? E com certeza a resposta do Senhor Presidente seria, mas já acabámos o mandato? Pronto, isto é o que queria, realmente, que ficasse bem claro.

Como tem sido sempre a intervenção deste Movimento Castelo Branco Merece Mais, as questões, não tanto do Departamento da Administração Geral, que deixarei para alguns opositores, mas mais para o Departamento de Ambiente, Obras e Sustentabilidade, o tal, Departamento de Educação, Cultura e Desenvolvimento Social, gostaria que houvesse mais coisas, se calhar, não está aqui. E, há realmente, nos Departamentos, as suas próprias Divisões internas.

Então, olho e vejo, assim, Senhor Presidente, é uma pergunta, São Vicente da Beira, ainda bem, a Igreja remodelada, já tantas vezes, me ouviu aqui falar como é que está?

Sabe que o orçamento com eletricidade, anda à volta de 8 milhões. Quando o Senhor tomou posse, fez aqui a intenção de diminuir, ao longo deste seu mandato, que eu até propus e porque não, para metade? E aí, entra as energias alternativas e o senhor disse, “não, vamos calcular, vamos diminuir isto a seis” e, disse, “que havia um programa de LED, efetivamente, de iluminação.

Há aqui algumas atividades e, pergunto, como é que está? Queremos atingir essa meta, porque há aqui uma questão e, abro aqui parênteses para que o raciocínio, o vosso raciocínio, não se perca, nem o meu, é assim: “a atividade, como disse o meu querido amigo, por amizade, não é por ser do PS, o José Pires, é que toda a atividade tem estratégias, mas a estratégia tem os enfoques e as perspetivas, que são os desígnios e os planos anteriores”. E, é isso, Senhores Deputados, que aqui podemos problematizar e devemos. E é sobre isso, porque a atividade é resultante das estratégias e daquilo que é a orgânica da própria Câmara e depois está a decisão daquilo que é a parte mais problematizante que são as ideias políticas para aquilo que queremos para o nosso território.

Então, tenho aqui algumas questões, olhamos para aqui e vemos naquele Departamento que dei aqui muita atenção ao Departamento de Ambiente, Obras e Sustentabilidade e vemos aqui a requalificação. Se há alguma coisa que esta Câmara fez, Senhores Deputados, foi requalificar e se há que requalificar é porque não havia requalificação, anterior.

Alguém tinha que começar, quer gostamos ou não.

Eu já aqui chamei a atenção que devíamos de fazer mais. É o asfalto. Mas, vejo aqui, requalificação, seja em consulta pública, já em execução.

Queremos mais, Senhor Presidente.

Queremos ver mais requalificação. Mas porque é que há requalificação? Porque, anteriormente, não olhou para lá, e então esta Câmara, aparece aqui com este problema que é discutível, politicamente.

Já vimos aqui até o caso de Alcains para a requalificação.

Se não fizemos a requalificação, temos a instalação e todos ouvimos, os colegas, das Juntas de Freguesia querem instalar lá. Porque é que não instala?

Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, os Senhores, pela Lei das Autarquias Locais, têm financiamento e, depois, a partir daí, a Câmara com aquilo que aqui se discutir e com as estratégias que deve ter, podemos discutir as estratégias, se as há ou não, depois exigimos mais apoios, mais financiamento.

Eu já estive, para aqueles que não sabem, também envolvido numa Junta de Freguesia e via na altura, não com a lei atual que tínhamos, realmente, que ter uma racionalização dos gastos, dando prioridade àquilo que são os munícipes.

Vejo aqui alguns aspetos, em algumas Freguesias. Claro que sim. Então os Senhores Presidentes das Juntas, o que é que andam a fazer? Falam, falam, falam e depois não têm resposta? Venham cá mais vezes porque para isso há um de Gabinete de Apoio às Freguesias.

Então, olho para aqui agora e há aqui uma coisa que me chocou e vou já diretamente, ao assunto que são os índices de sinistralidade. Politicamente, temos que tratar porque já foram oito atropelamentos. Temos que evitar isso. Já não digo, as colisões e aquilo tudo que acontece são dados fornecidos pelas entidades. Portanto, temos que ver a circulação na nossa cidade e nas Freguesias e tem que realmente se prever isso.

A outra questão, é e peço desculpa, já que há aqui muitos enamorados da zona histórica, também sou, sou um apaixonado pela zona histórica, desde que nasci e por isso mesmo vejo aqui... falam, por exemplo, do muro. A resposta que o Senhor Presidente sabe, é a parte técnica daquele

muro que ruiu. Aquilo que foram as infiltrações de uma casa que está pegada ao muro que tem uma escadaria. Eu vivia lá ao lado, portanto, aquilo infiltrou. Agora, dizem-me aqui que há um problema técnico. Claro que é um problema técnico. Senhores, não façamos estas coisas sem conhecimento de causa. Não é assim que dizia o positivismo? Conhecimento de causa.

Por exemplo, com as vespas, há aqui zonas, estive a ver até no mapa, vamos a ver se aquilo não alastra porque se não tem que se continuar a intervenção.

Na análise que faço, os Serviços Municipalizados já aqui intervimos, em anteriores Assembleias e sei pelo andamento da carruagem está em bom sentido, poderemos ainda melhorar a estratégia, sim, Senhora, mas aquilo que vejo é, desde a parte dos financiamentos, queixamo-nos muito, depois tem que haver aqui uma alteração ao orçamento porque há coisas imprevisíveis e tenho que compreender como um cidadão que há coisas prioritárias.

Eu gostaria de cá ter mais atividades, menos consulta prévia e mais ajustes.

O volume de percentagem de ajustes é muito equilibrante à consulta prévia. Se é consulta prévia, não está em execução e gostaria de saber, se nos próximos meses, teremos mais execução, de ajustes e menos consulta prévia.

### **Miguel Gregório Barroso (PSD/CDS/PPM)**

Queria colocar apenas uma questão ao Senhor Presidente da Câmara, a propósito de um contrato que foi publicado no dia 6 de dezembro, creio que não consta dessa relação que nos foi enviada, mas é um contrato que tem como descrição a produção de conteúdos, edição e gestão de canais de comunicação digitais nas várias plataformas. É um contrato de 19.990,00 €, portanto, mesmo ali no limiar para se poder utilizar o ajuste direto, ou seja, escolher, a dedo, quem vai prestar este serviço.

E, queria perguntar, justamente, qual é o objeto do contrato, porque esta descrição que é feita, é uma descrição muito vaga e gostava, de facto, que pudesse detalhar, em concreto, o que é

que se pretende na Câmara Municipal com esta contratação, que tipo de serviços se pretendem que sejam prestados. Obrigado.

## **Presidente da Câmara**

Relativamente, à Senhora Deputada, Ana Lourenço, respondendo às questões que coloca, a própria dá as respostas, mas de uma forma incorreta.

A senhora fala de um conjunto de iniciativas e depois, no final, diz onde uns veem obras, depois fala do caos relacionado com as obras. De facto, percebo que estão muito incomodados com as obras que estamos a fazer e a Senhora fala por si.

Relativamente, a isso, só lhe tenho que dizer, Senhora Deputada, que não existe nenhum caos, relativamente, às obras. Existem muitas obras em execução, é verdade, mas temos tido o cuidado e mais uma vez, aqui, tenho que realçar, o bom trabalho que tem sido feito pelos técnicos da Câmara Municipal e as empresas que estão a executar essas obras.

Temos tido o cuidado de implementar medidas de segurança, mas também de minimização do impacto na vida da cidade. Dou-lhe o exemplo, do lançamento da obra da Rua de Santiago, fizemos uma reunião na Biblioteca Municipal, onde convidamos todos, todas as pessoas que têm atividade na Rua de Santiago e foi apresentada nessa mesma reunião a estratégia de intervenção porque sabemos e todos sabem, que fazer intervenções, em espaço público causa sempre constrangimentos.

E tentámos também, em conjunto e em diálogo com essas pessoas, minimizar esse mesmo impacto de intervenção. Fizemos o mesmo, relativamente, à rua Dadrá e estamos a fazer o mesmo, relativamente, à Rua dos Bombeiros Voluntários e a outras intervenções que temos levado por diante.

Quanto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André das Tojeiras, não gostava nada de falar, nisto, mas considerando a forma como fez a sua intervenção e a forma como

apresentou a ação do Presidente da Câmara Municipal, tenho que dizer aqui, hoje, publicamente, que pela primeira vez, enquanto, Presidente de Junta de Freguesia, ou enquanto, Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco, assinei um protocolo numa arrecadação.

Eu fui convidado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia a assinar um protocolo numa arrecadação.

Senhora Engenheira Adelina, relativamente, às questões que aqui coloca e duas contratações. Os Bairros Digitais e a Plataforma de Marketplace, são efetivamente duas prestações de serviço que têm como objetivo a valorização do comércio local, incentivo ao comércio local e também, de acordo, com aquilo que foi a sua intervenção, vou ao encontro daquilo que são os produtos da terra, se assim, podemos dizer e como gosto de os designar. Esta plataforma de Marketplace tem precisamente, esse objetivo, também da venda online e está muito centrada naquilo que é também a nossa estratégia, a nossa intervenção, que não se concretiza de um dia para o outro, recebemos a semana passada, por parte, não da empresa que tínhamos contratado, mas da SIMAB que é uma entidade pública, relativamente, ao Mercado Municipal, recebemos aquilo que são as propostas e um conjunto de ideias, relativamente, ao programa a implementar. Recordo aqui também que tivemos ocasião de estar no Mercado Municipal, precisamente, com o SIMAB a apresentar algumas ideias que tinham identificado para a requalificação do Mercado Municipal e, portanto, esta plataforma terá como objetivo, em primeiro lugar, promover as vendas e também dos produtores locais, e por outro lado, facilitar um pouco ainda mais a vida dos compradores.

Ainda ontem, na visita prévia à inauguração do Lidl de Alcains, tivemos a oportunidade de verificar uma coisa que desconhecia naquele espaço que são as gavetas, onde as pessoas vão buscar as encomendas feitas online, sendo que nesta plataforma do Marketplace poderá vir também a caminhar, nesse sentido, não está construída, será construída, em conjunto, pelo Município e pela empresa que ganhou o concurso.

Relativamente, à intervenção da Deputada, Carla Massano, agradeço também as questões que aqui coloca. É efetivamente, assim. Depois esta questão também foi colocada mais à frente, penso que pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, relativamente, à passagem de testemunho na Câmara Municipal de Castelo Branco resumiu-se a zero palavras e duas linhas numa folha A4. Foi esta a passagem de pastas que ocorreu na Câmara Municipal de Castelo Branco, em outubro de 2021. Aquilo que percebo, hoje, e percebo de uma forma muito clara, é que efetivamente não havia muito para passar e esta é a realidade dos factos. É que não havia muito para passar. Não havia conteúdo para transmitir ao Executivo que sucedeu ao Executivo, anterior e, portanto, provavelmente, houve um refúgio nessa não passagem de pastas, porque não havia, efetivamente, muito para isso.

A questão dos dois Concursos de Ideias, são dois Concursos que reputamos de importantes. E já que se gosta tanto de falar de estratégia da sua existência ou da ausência dela, queríamos aqui deixar expressos aquilo que são os nossos pensamentos para a cidade, no que diz respeito a projetos estruturantes.

A cidade esteve, ou está muito inclinada para a Zona da Granja Park, onde nasceu, em primeiro lugar, a zona de lazer, onde foram construídas as piscinas, onde foram colocadas as Escolas do Ensino Superior, o CEI, e onde estão os campos de futebol, e praticamente todos os equipamentos mais relevantes da cidade e vamos, como já, o referi, várias vezes, complementar com a Academia de Futebol, a valorização do espaço afeto à piscina e à pista de atletismo.

Mas, entendemos que devemos olhar a cidade de uma outra forma e que devemos desenvolver equipamentos noutras áreas da cidade que respondam a necessidades da população que lá vivem e daqueles que nos visitam. De modo, a equilibrar mais a cidade, decidimos avançar com o Centro de Dinamização Empresarial, Cultural e Desportivo e propusemos a sua localização para o espaço entre a linha do caminho de ferro, a estação ferroviária de Castelo Branco e o Parque do Barrocal, ou seja, a criação de um equipamento de referência, promotor de desenvolvimento e de atividades na zona central da cidade, mas virada para o Bairro da Carpalha. E, foi também, por

essa razão que lançámos o concurso das Piscinas que já aqui falei, também avançámos com o novo Concurso de Ideias para a Quinta do Jardim.

Efetivamente, a poucos dias antes das eleições anteriores, foi lançado o Concurso de Ideias para a Quinta do Jardim, conseguimos ter acesso a esse documento e identificámos que era um Concurso de Ideias, baseado apenas nas questões do ambiente, que são importantes, importantíssimas para a sustentabilidade, com o concurso todo direcionado, nesse sentido. É, nesta perspetiva, que entendemos que devíamos ir mais além e que devíamos trazer também para esta parte da cidade, equipamentos e foi por isso que, em diálogo com a Ordem dos Arquitetos, desenhámos um novo programa que está, neste momento, a meio praticamente do período, para a apresentação de propostas, onde se inclui, entre outras coisas, aquilo que propusemos, um Centro de Ciência Viva direcionado para a alimentação saudável e as questões relacionadas com essa mesma alimentação saudável e também um espaço para a prática de atividades ligadas à ginástica e aos desportos individuais, nomeadamente, o judo, o karatê e outros desportos que podem enquadrar-se naquele espaço. São 16 hectares de terreno, poderão ser mais no futuro, se esse for o entendimento e poderão, obviamente, dar resposta às questões ambientais, com um espaço mais arborizado, árvores, com espécies locais, eventualmente, a criação de um espelho de água e espaços para percursos pedestres. Mas, obviamente, dependerá de quem apresentar as propostas e do projeto que depois vier a ser vencedor, sendo que neste caso concreto da Quinta do Jardim, já não estamos a falar de um Concurso de Ideias, simples, mas estamos a falar de um conjunto de ideias, de conceção. Ou seja, o projeto que ganhar o Concurso de Ideias, terá depois como missão, a execução do projeto de intervenção naquela zona.

Depois, Senhor Presidente da Junta de Freguesia, José Pires, vai ao encontro daquilo que foi a resposta que há pouco tinha dito e que tem a ver precisamente com isso, com a passagem de pastas ou a ausência de passagem de pastas.

Mas a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Branco, vai mais além e fala, efetivamente, numa estratégia que está de certo modo, refletida naquilo que eu aqui disse.

Não posso, aqui, deixar de falar de um outro aspeto fundamental da nossa intervenção e que tem a ver com a economia e com a promoção de projetos económicos e também com aquilo que está a ser feito na zona industrial, com um conjunto de projetos que, entretanto, surgiram, mas ainda com uma valorização da intervenção na zona da Feiteira, nomeadamente, no Aeródromo Municipal.

Nós tivemos vários contactos, definimos aquele espaço, como um espaço de futuro, em termos, daquilo que será a localização Empresarial de Castelo Branco e estamos a concretizar, como eu disse, já com a presença da Dassault Service Aviation e também com algum trabalho feito, no que diz respeito à formação de pilotos.

No que diz respeito à formação de técnicos de manutenção aeronáutica que está relacionado com esta presença, na zona da Feiteira e do Aeródromo Municipal, temos uma parceria em desenvolvimento com uma entidade formadora, com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com a Associação Empresarial da Beira Baixa e depois também já passámos pelas diferentes escolas, no sentido, de termos aqui a possibilidade de formar técnicos de manutenção aeronáutica para que possam trabalhar em Castelo Branco ou, quem sabe um dia, fora também do nosso território, com valor acrescentado.

Senhor Deputado, Ernesto Candeias Martins, a requalificação. Concordo inteiramente consigo. Há muitos trabalhos de requalificação porque essa requalificação não tinha sido feita anteriormente, são evidências que todos compreendemos e vimos de uma forma clara.

Sinistralidade e também segurança ou índices de criminalidade. Eu já disse várias vezes e repito, Castelo Branco é um dos Concelhos do país ou uma das cidades do país mais seguras, as palavras não são minhas, foi o Senhor Diretor da Polícia de Segurança Pública que no aniversário

da Polícia de Segurança Pública, do Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública, o disse, na sua intervenção.

Há algumas situações que nos preocupam, naturalmente, mas há um índice de criminalidade, relativamente, baixo, considerando outras cidades e outras regiões.

Mas, também aqui temos já definida e apresentada uma estratégia para o Concelho e, nomeadamente, uma estratégia para Castelo Branco.

Ainda que os níveis de criminalidade sejam baixos, foi nossa decisão e depois teve a concordância do Senhor Comandante da Polícia de Segurança Pública, da instalação em Castelo Branco de câmaras de videovigilância. É um processo longo, um processo que envolve a Polícia de Segurança Pública, de uma forma muito direta com a identificação dos locais, onde podem vir a ser instaladas as câmaras de videovigilância. É um processo, completamente seguro, e que salvaguarda os direitos de cidadania de todos os cidadãos, sejam eles albicastrenses ou de outras localidades, porque este sistema e as imagens das câmaras serão apenas visualizadas por agentes da Polícia de Segurança Pública, com formação para isso, e, portanto, com capacidade e também garantindo sempre a privacidade e a segurança dos cidadãos.

Apesar de não termos índices elevados de criminalidade e também já o disse aqui mais do que uma vez, temos algumas situações, essencialmente, de vandalismo e de ausência de respeito pelos bens públicos que vêm ocorrendo, em diferentes partes da cidade, com a destruição de canteiros de jardins, deitar abaixo sinais de trânsito, etc.

E, queria também aproveitar esta questão aqui da segurança e da sinistralidade para mais uma vez voltar a um tema que tem sido recorrente nas minhas intervenções e que tem a ver com as questões ambientais e aquilo que são ou não, os comportamentos cívicos.

Os Serviços Municipalizados têm feito um trabalho muito importante, no que diz respeito, a vários assuntos e, hoje, apenas me vou focar num deles e que tem a ver com a higiene urbana e também nas questões da separação e dos bio-resíduos.

Apesar deste trabalho tão insistente, tão permanente e tão focado, continuamos a constatar ainda alguma ausência de responsabilidade de alguns de nós, relativamente, a coisas que são simples. No sábado, passado, vinha do Centro Artístico Albicastrense, onde participei nas celebrações do aniversário e quando cheguei à Praça de Camões, fiquei um bocadinho incomodado pelo facto de, ao lado dos ecopontos ou dos contentores do lixo, haver um conjunto de sacos de lixo. A primeira coisa que me veio à ideia foi que os contentores estivessem cheios, são contentores subterrâneos, como vocês sabem, abri o contentor onde, à frente, do qual, estavam dois sacos de lixo e algum já espalhado pelo chão e qual é o meu espanto quando, ao olhar lá para dentro, o contentor estava vazio. Desta vez, a entrada do contentor não estava ocupada, porque às vezes acontece isso. Por comodismos, é mais fácil atirar o saco do lixo para a beira do contentor do que abrir a tampa e metê-lo lá dentro.

É difícil e tenho aqui que dizer que não temos e não podemos ter um funcionário dos Serviços Municipalizados atrás de cada cidadão para apanhar o lixo que ele deita para fora.

Fazemos um esforço enorme e a cidade é uma cidade limpa.

Nas visitas que tenho tido de pessoas, de fora da cidade, alguns até estrangeiros, referem frequentemente, a higiene, o cuidado com a cidade, mas podia ser ainda melhor, se cada um de nós, fizesse coisas tão simples, como apenas cumprir as regras básicas de convívio em comunidade.

Relativamente, aos índices de sinistralidade, volto a repetir, são muito baixos, comparativamente, com outras cidades.

Nesta questão da sinistralidade e dos atropelamentos, na última reunião que tivemos com o Conselho Municipal de Segurança, uma das questões que discutimos, nomeadamente, foi o impacto da mobilidade suave, no aumento desta sinistralidade, mais concretamente das trotinetes e também das bicicletas.

O Deputado, Miguel Barroso, gestão de conteúdos de várias plataformas, é o que está descrito na contratação, é precisamente isto, gestão de conteúdos de várias plataformas.

Falta aqui referir também a gestão de situações de crise e quando falo de situações de crise, falo, nomeadamente, de ataques informáticos, colocação de notícias falsas, ou de informação fácil, falsa e outro tipo de conteúdos.

Penso que respondi a todas as questões.

### **Luís Manuel de Andrade (Presidente da Junta de Freguesia de Sto. André das Tojeiras)**

Eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, se naquela assinatura do protocolo, se efetivamente, se sentiu mal e se sentiu mal. Porquê? O espaço não é uma arrecadação, mas um espaço, uma sala polivalente, onde são realizadas as aulas da Usalbi, recolhas de análises, Assembleias de Freguesia e reuniões diversas. Efetivamente, ainda pusemos a hipótese de interromper uma aula da Usalbi que estava a decorrer na melhor sala que temos na freguesia, mas foi dito que não havia necessidade.

Além do mais, a ida do senhor Presidente, à Freguesia, só soubemos porque perguntámos quando é que assinávamos um protocolo porque à cerca de dois meses ainda estava por assinar e obtivemos uma resposta de um funcionário da Câmara que o Senhor Presidente naquele dia estaria na Freguesia e às 14.30 horas passaria pela Junta de Freguesia para assinar o protocolo.

Não dei conta que se tivesse sentido mal, mas gostava de saber se, efetivamente, se sentiu mal e porquê?

E se sentiu tão mal porque é que assinámos o protocolo naquela sala?

**Ponto 2 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Geminação com a cidade de Nilufer - Turquia”. (Proposta nº. 11/2025)**

**Aprovado, por unanimidade.**

**Presidente da Assembleia Municipal**

Foi posteriormente remetido um Aditamento para inclusão de três pontos, de acordo com a lei e com Regimento que vou passar a apresentar:

**ADITAMENTO**

**Ponto 3 - Discussão e votação da proposta de “Acordo de Geminação com a cidade de João Pessoa - Brasil”. (Proposta nº. 12/2025)**

**Aprovado, por unanimidade.**

**Ponto 4 - Discussão e votação da proposta de “Geminação com a cidade de Conde - Brasil”. (Proposta nº. 13/2025)**

**Aprovado, por unanimidade.**

**Ponto 5 - Discussão e votação da proposta de “União de Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede - 3º. Aditamento ao Contrato Interadministrativo para a Requalificação do Ringue de Futebol, Zona de Envolvente e Jardins”. (Proposta nº. 14/2025)**

**Aprovado, por unanimidade.**

**III – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

**Graça Passos (Representante da QUERCUS)**

Estou aqui para apresentar um problema originado pela instalação de um pomar, colado às habitações, na Lardosa. Recebemos queixa de um morador, mas agora sabemos de 53 famílias,

portanto, cerca de 200 pessoas, diretamente afetadas, preocupadas e indignadas com esta situação.

Estes moradores queixam-se que os produtos fitofarmacêuticos aplicados no pomar, mesmo quando está vento, entram nas suas casas e nas ruas próximas obrigando-os a inalar estes químicos, cuja presença se sente até no interior dos carros a circular na EN18, mesmo com os vidros fechados.

Todos referem haver uso excessivo destes produtos.

- queixam-se que estas aplicações ocorrem também ao fim-de-semana, quando estão mais tempo em casa, ficando ainda mais expostos aos seus efeitos.

- queixam-se que estas pulverizações deixam resíduos em todas as superfícies circundantes como os equipamentos do parque infantil adjacente, os carros estacionados, os quintais, passeios, etc.

- queixam-se do estrume e das lamas provenientes de ETAR, aplicados também ao fim de semana. Estes materiais exalam cheiros nauseabundos que atraem moscas e ficam depositados à superfície do solo durante muito tempo.

- queixam-se do barulho, também no período noturno, dos canhões de anti-granizo, sobretudo entre abril e maio, que não os deixa descansar.

Na sequência das queixas feitas à GNR/SEPNA e à Junta de Freguesia sabem que foi feita uma sensibilização ao proprietário não se verificando, no entanto, qualquer mudança nas práticas descritas.

Os moradores lamentam a perda acentuada da sua qualidade de vida - tem de manter as janelas fechadas, estão em permanente alerta, preocupados com a saúde - a sua e a dos seus familiares e também com o agravamento de doenças pré-existentes. Os níveis de ansiedade dispararam e a comprová-lo temos a declaração do médico de família de um destes moradores

dizendo, e cito, “esta situação, de longa data, causa ansiedade extrema no doente, subida dos valores da tensão arterial, instabilidade do ponto de vista psíquico”.

Ora esta situação tende a agravar-se pois as áreas de pomar continuam a aumentar e terrenos adquiridos recentemente estão a espalhar-se pela vila cercando mais casas e culturas certificadas em modo de produção biológico, contaminando-as.

A Lardosa está assim na iminência de perder uma área significativa da produção biológica de feijão frade - o ex-libris desta freguesia.

Dos moradores que contactámos, apenas 3 estão dispostos a dar a cara, todos os outros preferem o anonimato por temerem represálias. Será talvez esta a explicação para a inação da população face a um problema que dura há 10 anos.

Perante isto, pensamos que a intervenção do poder político local é necessária e urgente.

Em relação à contaminação das culturas em modo de produção biológico, a Quercus apela à Assembleia Municipal que notifique a tutela sobre a contradição vivida no território. É que as áreas de cultura intensiva estão a aumentar contrariando as medidas definidas nos planos intermunicipal e municipal de adaptação às alterações climáticas que Núcleo Regional de Castelo Branco,

priorizam o aumento das áreas de agricultura biológica e que, nestas condições, irão diminuir ao contrário do preconizado.

A Quercus apela também à Assembleia Municipal no sentido de criar um grupo de trabalho visando o diagnóstico rigoroso da situação, o cabal cumprimento da lei em vigor (nomeadamente a Lei 26/2013 e a portaria 79/2022) e a procura de soluções políticas capazes de defender os direitos destes cidadãos e que estão consignados no artigo 66º da Constituição da República – “Todos têm direito a um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender”.

Pensamos ser muito importante que a partir da informação recolhida o grupo de trabalho elabore uma proposta de ação concreta a ser apresentada já na próxima Assembleia Municipal para análise e votação, assegurando assim um apoio efetivo, e célere, a estes cidadãos.

A Quercus disponibiliza-se para dar o apoio que se entender necessário.

Muito obrigada!

### **Davido Rossi ( Representante da Associação BIOARTE)**

Estou indignado com a forma como trata mal os seus próprios Deputados e como os seus políticos tratam mal os moradores de Castelo Branco. Nunca processa ficheiros com eficiência e igualdade.

Da mesma forma, o tempo que a guerra alocou para falar e expressar a liberdade da situação onde a opinião não é de forma alguma respeitada. Em suma, se as suas obras, as suas estratégias funcionarem realmente, estaremos nos 32 habitantes por quilómetro quadrado.

E como é evidente a desertificação e incêndios por todo o lado, os jovens não querem ficar em Castelo Branco, por razões legítimas. Porque é que as coisas não estão a funcionar?

Simplesmente, o favoritismo, o nepotismo, o estigma domina o Concelho de Castelo Branco e a política de querer manter o monopólio das decisões sem ter em conta a situação real e as alternativas, graças às inovações possíveis, graças às intervenções de outras identidades de Castelo Branco, capazes de criar uma verdadeira prosperidade.

O Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco não é pela liberdade de expressão e criação e menos ainda na partilha de informação. Prefere chamar a polícia de forma abusiva, sob o pretexto de falsidade, para permanecer em negação.

Assim, a minha intervenção não obteve resposta às minhas questões.

Da mesma forma, sejamos lógicos, em três minutos é impossível transmitir toda a informação necessária à transparência. É uma situação lamentável ver tamanho fracasso para com os habitantes de Castelo Branco.

A política é incapaz de explicar com clareza a escandalosa situação de favoritismo, nepotismo, negacionismo que rege Castelo Branco.

Morador, em Castelo Branco, é tempo de mudar a nossa visão e não confiar mais na geopolítica que não dá ouvidos à comunicação ativa e à real necessidade do bem público. Existe uma grande negação face à situação urgente de agir para o bem do ambiente e para o bem-estar de todos. A economia a servir a quê, a quem e em benefício de quem exatamente?

Obrigado por ouvir. Se tem vontade de mudar as coisas para melhor, pode escrever-nos: [bioartecontinua@gmail.com](mailto:bioartecontinua@gmail.com)

Atenciosamente a todos nós.

Estou hoje diante de vós, não apenas como residente nesta cidade há três anos, mas como filho deste planeta, herdeiro de um mundo que respira, que vive e que aspira à justiça, à transparência e à liberdade.

Sou um artista, um sonhador, um realista, um coração pulsante pela associação BioArte Continua e pelo planeta. Sou também entre vós um habitante do planeta, que acredita em amanhães melhores, em projetos que elevam, em pontes que ligam e não em muros que dividem.

Mas hoje também sou uma voz, imagine uma voz que se recusa a permanecer em silêncio perante a disfunção, a injustiça e as promessas quebradas. Uma voz que se levanta contra as sombras que procuram dominar, sufocar, dividir. Uma voz que diz:

Basta!

Todos os pedidos de recuperação de materiais abandonados pelo Município nunca foram atendidos para a criação de obras de arte recicláveis. Ao mesmo tempo, nenhuma resposta sobre as possibilidades de parceria em projetos como o BioRobots e o Biocasas World foi tida em conta coletivamente. Conhecer o potencial dos projetos e Castelo Branco, a cidade que escolhi viver, carrega consigo um mistério, uma beleza, um potencial imenso. Mas sabe, debaixo dos nossos pés, um muro está a tomar forma. Um muro feito de nepotismo, favoritismo, promessas desbotadas e decisões que afastam os moradores dos seus direitos mais legítimos. Um muro que queima vozes pacíficas, que atropela esperanças, que destrói manhãs alegres.

Sim, viver em Castel Branco é um Paraíso graças à natureza, mas é um inferno por causa da política e das suas decisões ineficazes. Porque o favoritismo, o nepotismo e o estigma governam as decisões e conhece as consequências que acabarão por destruir a fertilidade da inteligência para decisões sombrias e prejudiciais para as gerações futuras e para o ambiente. A política atual assassinou os vivos por dinheiro. E assassinados projetos que fazem sentido para promover o monopólio do nepotismo. Nesta configuração e condições não existe economia inteligente ou economia sustentável.

Parar!

Falo hoje em nome de todos aqueles que sofrem em silêncio, de todos aqueles que se sentem abandonados, esquecidos, traídos. Porque falo em nome dos jovens que fogem, das famílias em dificuldade, dos sonhos que se desmoronam. Falo em nome do nosso ambiente, desta natureza que está a morrer, destas abelhas que estão a desaparecer, desta terra que está deserta.

Porque sim, Castelo Branco está em perigo. Não só por causa dos desafios económicos ou sociais, mas também por causa de um sistema que sufoca a democracia, que ignora as vozes legítimas, que prefere a sombra à luz.

Mas estou aqui, à sua frente, para lhe dizer que podemos mudar as coisas. Que as coisas precisam de mudar. Porque a vida é preciosa, porque o ambiente é a nossa maior riqueza, somos uma família, porque cada habitante desta cidade merece ser ouvido, respeitado, valorizado.

É tempo de agir. É tempo de quebrar as cadeias da injustiça, de devolver aos residentes os seus direitos, as suas vozes, as suas decisões. É tempo de construir uma sociedade onde todas as questões sejam tratadas com transparência, onde a igualdade triunfe em plena luz do dia, onde as instituições sirvam o interesse geral e não os interesses privados.

Numa democracia, ninguém deve ceder. Somos todos iguais debaixo do céu, livres para existir, para sonhar, para construir. E é esta liberdade que defendo hoje. Esta liberdade financeira. Uma liberdade que exige transparência absoluta, respeito pelos seres vivos e partilha equitativa dos recursos e oportunidades necessárias ao bem-estar de todos.

Estendo a minha mão, a minha voz, o meu compromisso por um futuro melhor. Um

Amanhã onde Castelo Branco será uma cidade de luz e não de sombras. Uma cidade onde florescerão novos projetos, onde as esperanças serão alimentadas, onde os residentes ficarão felizes por fazer parte desta iniciativa.

Ouçá os vivos, ouçá o seu pranto. Pois a ruína aguarda todos os reinados sem coração.

A vitória pertence à verdade, à justiça, à transparência. Pertence àqueles que ousam dizer não à malevolência e à hipocrisia social, que se recusam a queimar os seus vizinhos, que optam por construir em vez de destruir.

Digo-vos hoje: cada palavra estéril, cada mentira, cada abuso aumenta um pouco mais

o fosso da desigualdade. Mas cada voz que se levanta, cada ação justa, cada gesto de solidariedade constrói uma ponte para um futuro melhor.

Castelo Branco merece melhor. Os seus moradores merecem melhor. O nosso planeta merece melhor.

Por isso, juntos, vamos agir. Vamos quebrar as correntes, vamos enfrentar os desafios, vamos construir uma Bioville onde a transparência, a justiça e o respeito pelos seres vivos serão os alicerces do nosso futuro.

Imagine, como diz com razão um velho provérbio: a verdade libertá-lo-á.

### **Presidente da Câmara**

Relativamente, à intervenção do Senhor Davido, reuni com ele várias vezes, enquanto Presidente da Junta de Freguesia e também já o fiz enquanto Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco. Ele ainda não fala português, infelizmente, não percebi a maior parte daquilo que disse. Mas há uma coisa que percebi que é o não o apoio por parte da Câmara Municipal, relativamente, a associação que diz, fazer parte. Eu devo informar que a Câmara Municipal apoia todas as associações inscritas na plataforma do associativismo, onde todas estão em pé de igualdade e todas são apoiadas de acordo com os critérios definidos, que são públicos, que são conhecidos e que são a resposta àquilo que são as ambições de cada uma das nossas associações.

### **Carla Sofia Massano Lopes Carvalho (PS)**

Não tenho nada contra a intervenção dos cidadãos, mas recomendava a quem não fala português que nestas situações a intervenção fosse entregue à mesa em português para todos podermos termos acesso e compreender.

Eu, em particular houve algumas partes da intervenção que não percebi rigorosamente nada.

### **Presidente da Assembleia Municipal**

Senhores Deputados está encerrada a sessão.

**CONCLUSÃO DA ATA**

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, eram 13 horas e 33 minutos, mandando que de tudo, para constar, se lavrasse a respetiva ata.

**O Presidente da Assembleia Municipal,**

---

**O 1.º Secretário,**

---